Ata da 222ª Reunião Ordinária de 2014 CIB - Comissão Intergestores Bipartite

66

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, no Auditório da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia -SESAB, no Centro Administrativo da Bahia, com as presencas dos Senhores Membros da CIB, Dr. Washington Luis Silva Couto - Secretário da Saúde e Coordenador da CIB, Raul Moreira Molina Barrios, Presidente do COSEMS e Coordenador Adjunto da CIB, Suzana Cristina Silva Ribeiro, Gisélia Santana Souza, Paulo José Bastos Barbosa, Ivonildo Dourado Bastos, Joseane Mota Bonfim e dos Suplentes: Alcina Marta de Souza Andrade, Stela dos Santos Souza, Washington Luiz Abreu de Jesus, Fabiano Ribeiro dos Santos e Aldecy de Almeida Bezerra Silva. Às 14 horas, havendo número legal, Dr. Raul Molina declarou aberta a sessão, colocando uma inversão de pauta, indo diretamente para a apresentação: 3. SUPERINTENDÊNCIA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAUDE - SAIS/DGC: 3.1. Apresentação do PROCED - Projeto de Capacitação e Educação em Diabetes pelo CEDEBA na Região de Paulo Afonso. Dra. Reine Fonseca cumprimentou a todos agradecendo a oportunidade de apresentar este projeto que está sendo desenvolvido no Estado da Bahia e parabenizou a organização da Secretaria Executiva da CIB, pois, pela primeira vez em uma reunião via as duas opções de café, com e sem acúcar, já que geralmente só oferecem café com açúcar e ressaltou ser uma das grandes incentivadoras de que as pessoas possam ter a opção de não usar o acúcar. Iniciou a apresentação em slides relatando que o PROCEDE é um Programa que vem sendo desenvolvido pelo CEDEBA, que foi fundado em 1994, tem hoje duzentos e oitenta e dois profissionais, cerca de setenta mil pacientes assistidos, e é um Centro de referência em educação reconhecido e credenciado pela WDF (Fundação Mundial de Diabetes), o primeiro Centro colaborador da OMS no Brasil, terceiro na America Latina e vigésimo quarto no mundo. Apresentou a missão do CEDEBA: Prestar assistência especializada, através da equipe multidisciplinar, nas áreas de Diabetes Mellitus e Endocrinologia, à população referenciada a esta Unidade; Capacitar e desenvolver recursos humanos; Assessorar a organização de serviços de saúde na área de Diabetes Mellitus; Desenvolver pesquisas em benefício da coletividade. Salientou que o CEDEBA vem fazendo isso desde 1995, através de parcerias internacionais, OMS/OPAS - Organização Mundial de Saúde/Organização Panamericana de Saúde, WDF - World Diabetes Foundation, IDC - Centro internacional de Diabetes - Minneapolis Mn - USA, o que possibilitou a elaboração de protocolos clínicos para assistência ao diabetes adaptados para a realidade de saúde local (SDM - Staged Diabetes Management ou APD - Atenção programada do Diabetes). Noticiou que estes protocolos foram utilizados pela primeira vez no CEDEBA de 1998 a 2000, pois queriam saber se este modelo americano era adaptável aqui para o Brasil; e com a utilização destes protocolos, pegaram um grupo de profissionais que atenderia aos pacientes usando o protocolo e outro grupo que atenderia os pacientes com o atendimento tradicional, sem os protocolos. Foi observado que o grupo que usou o SDM, Atenção Programada ao Diabetes, conseguiu reduzir a hemoglobina glicada, que é o grande marcador de controle metabólico. Assim, continuaram na tentativa de sensibilizar os gestores para atenção ao diabetes nos municípios da Bahia, organizando o cuidado, desenvolvendo uma rede hierarquizada de assistência para a atenção ao diabetes, através de um Projeto chamado PROJAD. Neste projeto, entre 1998 e 2001, foram capacitados mais de 50% dos quatrocentos e dezessete municípios, chegando a 73%. Lastimou que estes profissionais se perderam ao longo desta capacitação e o desafio era disseminar e avaliar o impacto destas ações na assistência aos pacientes diabéticos dentro do sistema público de saúde (rede básica). Então foram buscar recursos fora do país, no Centro Internacional de Diabetes, para desenvolverem um projeto com dois municípios, um onde a atenção básica era treinada para o atendimento com protocolos e outro onde não eram usados protocolos clínicos e treinavam e gostariam de saber o que é que acontecia. Referiu que os municípios Lauro de Freitas e Conceição do Coité tinham sido acompanhados durante um ano e oito meses e observou-se que a população do município treinado (Lauro de Freitas) e onde se utilizou protocolos clínicos conseguiu reduzir a hemoglobina glicada e a glicemia média dos pacientes. Quanto ao município que não tinha sido treinado (Conceição do Coité), não tinha havido nenhum impacto importante nos dados de controle, havendo inclusive alteração no colesterol, no índice de massa corpórea e na pressão arterial. Este trabalho gerou uma publicação internacional e um prêmio num congresso em Paris, em 2003, porque a importância que este trabalho tinha lhes dado foi mostrar que treinar equipes locais de saúde para assistência ao diabetes e fornecer gratuitamente medicações é importante, mas não é o fator principal na melhora do controle metabólico da população assistida. Ou seia, dar medicação somente não causa nenhum impacto na assistência, é preciso usar protocolo, treinar e ensinar de forma atualizada o seu profissional a lidar com o diabetes, isso sim gerou o impacto positivo nesses indicadores. Assim, o treinamento e acompanhamento das equipes de assistência seguindo protocolos do SDM parece ter sido fator importante para se atingir a melhora no perfil metabólico observado. Pontuou que outros estudos serão necessários para corroborar com os dados obtidos. Informou que foi feita na 31ª DIRES uma avaliação com os municípios onde a incidência de amputação estava muito grande, e com seis meses de treinamento usando protocolo, consequiram reduzir o internamento por hiperglicemia em 66% e a amputação em 45%, em 2005 e 2006. A partir desses dados sabiam que estes protocolos tinham valor científico, com impacto nos resultados e aí tinham começado a desenvolver um projeto que foi o grande desafio, o PROCED - Projeto de Capacitação e Educação em Diabetes, um projeto que tem duas vertentes importantes de Qualificação do Cuidado e Mobilização Comunitária em Diabetes, o que tinha sido um desafio, porque foi financiado inicialmente pela OMS e o objetivo era apoiar políticas de atenção integral à saúde de pessoas com Diabetes na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e no Brasil, no âmbito do SUS, sensibilizando os gestores e capacitando profissionais de saúde para o cuidado ao agravo, desenvolvendo estratégias para disseminação de conhecimento e mobilização comunitária. Mostrou que o Projeto tem dois eixos: Eixo 1 - Qualificação do Cuidado: Curso Teórico Prático visando capacitar os técnicos para implementação de Abordagem Sistematizada de Cuidados Específicos do Diabetes, de forma a permitir a adaptação para o contexto de cada local; Curso para Gestores, visando capacitá-los para (re) organização da gestão direcionada ao cuidado do Diabetes, Eixo 2 – Educação em Diabetes; Oportunizar aos participantes o conhecimento para planejamento, execução e avaliação de um modelo de educação a ser desenvolvido em serviços de saúde; Valorizar a importância de diferentes modelos pedagógicos para transmissão do conhecimento, enfatizando a importância da educação no desenvolvimento integral do indivíduo. Comentou sobre um evento de mobilização comunitária com o modelo feito pelo CEDEBA que é o UNIDIA - Universidade do Diabetes, Universidade de um dia onde eles formam uma universidade formada por sete faculdades, a faculdade da boca, a faculdade da aplicação de insulina, da monitorização, da alimentação, do cuidado e da atividade física, onde o paciente leva de quarenta minutos a uma hora em cada faculdade. Assim, o mesmo, ao longo do dia percorre as sete faculdades, no final do dia ele recebe um certificado de que ele fregüentou a Universidade do Diabetes de um dia e teve orientações do auto cuidado. Enfatizou que esta tinha sido uma experiência muito importante que gerou também um ambiente virtual de aprendizado do PROCED, Módulo I e Módulo II. Nesse primeiro projeto tiveram a Qualificação do Cuidado e a Educação em Saúde e este projeto se manteve voltado para a prevenção, diagnóstico e para este modelo de avaliação comunitária. Isso tendo acontecido no ano de 2008, em 2009 tiveram o segundo processo voltado para complicação aguda e crônica e para a atividade de sensibilização dos profissionais que lidam com a doença. O PROCED I se desenvolveu em Guiné Bissau e Moçambique, e dentro do Brasil eles trabalharam com Alagoas, Paraíba, Tocantins, Mato Grosso e Acre, com o apoio do Ministério da Saúde. Tiveram a presença de profissionais multidisciplinares, tendo havido uma aprovação através de uma avaliação, de que o conteúdo era compatível com o cotidiano do trabalho dos profissionais, que reformulavam os conceitos a partir daguela realidade, os técnicos que tinham dado aula dominavam o conteúdo da apresentação e relacionavam o conteúdo teórico com a prática. Disse que esta tinha sido a primeira turma formada, onde tinham profissionais de Moçambique e Guiné Bissau que conseguiram levar adiante nos seus países inclusive, esse modelo e esses protocolos. Mostrou em fotos a UNIDIA, a exemplo de algumas faculdades onde os pacientes passam usando réplicas de alimentos para conhecer como se alimentar, usando professor de atividade física, ou seja, um modelo lúdico também de aprendizado. No módulo II trabalham sensibilizando os profissionais, fazendo com que fossem diabéticos por um dia e experimentando o ficar diabético com complicação. Então ao chegar na oficina usavam uma lixa no sapato para ter a sensação da aspereza e da dificuldade que um paciente com neuropatia passa, depois tinha que ultrapassar uma plataforma com um óculos que reduz a visão para ter o impacto da retinopatia sobre ele, até a perda total da visão e ainda ia para o coffe break com a visão diminuída para se servir sentindo as dificuldades do cotidiano de uma pessoa com diabetes. Dessa forma sensibilizavam os profissionais para a realidade que o paciente vive e que estão enfrentando na rede de saúde atual. Ressaltou que os resultados também tinham sido muito importantes, os pacientes tinham uma avaliação não só dos resultados como dos profissionais que ministraram aula de forma bem positiva, e a partir daí se desenvolveu um plano de ação que levava ao gerenciamento da doença em cada local, com macroproblemas, ações, estratégias, análise de viabilidade, a partir de dentro de uma linha de cuidado, da detecção até a avaliação e assistência farmacêutica. O motivo desta apresentação aqui é porque agora estão desenvolvendo o PROCED nos Módulos III e IV, demorando um pouco para chegar nisso porque precisavam de apoio internacional para desenvolver estes outros projetos. Porque o primeiro e o segundo tiveram co financiamento da OMS, apoio do MS e ainda co participação da SESAB, então precisávamos buscar esse recurso e conseguiram na World Diabetes Foundation há quatro anos, tendo sido esse o tempo que levou para o recurso chegar da Dinamarca até aqui na Organização Panamericana de Saúde; e quando chegou tiveram um ano para executar o projeto. Apresentou o PROCED - Modulo III: Prevenção Primária (Findrisk); Detecção e tratamento de complicações microvasculares (foco em prevenção da retinopatia diabética). Modulo IV: Prevenção Secundária (Foco: D. Macrovascular, pé diabético). Neste momento, este Projeto, que será coordenado pelo CEDEBA, vai trabalhar com os municípios dentro do Estado da Bahia; como o PROCED I tinha sido feito com uma visão internacional, o I e II com um enfoque muito nacional, decidiram que como tinham inclusive pouco tempo para execução, iriam priorizar a prata da casa. Falou que na ocasião tinha sido discutido com Dr. Solla e ele tinha achado que realmente deveria ser desenvolvido dentro do Estado da Bahia e assim queriam ampliar conhecimentos sobre o tema, identificar pacientes em risco de desenvolver a doença (rastreamento), fortalecer o auto cuidado e inserir a comunidade nas ações voltadas ao Diabetes. Disse que o Projeto está organizado em cinco etapas: 1ª - Qualificação do Cuidado: capacitação dos profissionais de saúde dos municípios selecionados com foco nas complicações micro e macro vasculares - Retinopatia Diabética e cuidado ao Pé Diabético; 2ª - Seleção de Unidades Sentinelas: identificação de unidades de saúde nos municípios participantes para coleta de informações e monitoramento da intervenção; 3ª - Desenvolvimento de Planos de Ação: ações de atenção ao Diabetes nas Unidades Sentinelas no sentido de ampliar e fortalecer a qualificação do cuidado para os pacientes diabéticos; 4ª - Monitoramento e Avaliação: Análise e avaliação de resultados; 5ª - Seminário Final. Em seguida passou aos objetivos do PROCED: Possibilitar aos profissionais de saúde participantes aplicar os conhecimentos adquiridos; Ampliar ações educativas em diabetes; Melhorar a qualidade do cuidado da Atenção Básica através de acompanhamento, suporte a dúvidas clínicas e disponibilização de material de aprendizagem atualizado e de alto rigor técnico (Protocolos Clínicos): Fortalecer os componentes de promoção, prevenção e auto cuidado de saúde; Identificar 11 Unidades Sentinelas para monitoramento do cuidado de saúde mediante os indicadores: Prevalência de DM nas Unidades Sentinelas por município; Proporção de usuários com Hb glicada avaliada; e Proporção de pessoas com diabetes com perda de sensibilidade protetora por unidade sentinela. Dando prosseguimento, falou dos Critérios para seleção dos onze municípios do PROCED: Cobertura de mais de 50% do Programa Saúde da Família; Rede hierarquizada da Região de Saúde do estado fortalecendo a política de atenção ao Diabetes; Participante do Programa Medicamento em Casa; Diretoria Regional com pelo menos 60% dos municípios qualificados na assistência em Diabetes e Doenças Crônicas; Rede Básica organizada. Municípios selecionados: Abaré, Chorrochó, Glória, Geremoabo, Macururé, Paulo Afonso, Pedro Alexandre, Rodelas, Santa Brígida, Cícero Dantas e Dias D'Ávila. O Impacto esperado: Cerca de trinta mil, novecentas e setenta e seis pessoas assistidas pelos profissionais de saúde treinados pelo PROCED nas Unidades Sentinelas e seus familiares; Criação de onze Unidades Sentinelas; Capacitação de cinquenta profissionais de saúde de nível superior; Realização de onze eventos de mobilização comunitária que deverão atingir três mil e duzentas pessoas de forma direta e onze mil e duzentas indiretamente, ou seja, implantar esse modelo da Universidade do Diabetes nestes municípios contemplados pelo Projeto. O Cronograma: Articulação com gestores municipais: abril 2014; Reunião técnica para apoio a seleção das Unidades: abril 2014. Noticiou que no dia 08 passado acontecer o lançamento do marco zero do Projeto, numa reunião no gabinete do Secretário, onde tinha sido feita esta apresentação e havido uma discussão da implantação do Projeto com os secretários de saúde dos municípios envolvidos: Capacitação dos cinquenta profissionais no município de Salvador - maio/2014; Desenvolvimento dos Planos de Ação - maio/2014 a novembro/2014; Visitas Técnicas de acompanhamento - junho/2014 a novembro/2014; Seminário de Avaliação Final dezembro/2014. Trouxe também os compromissos dos gestores municipais: Assinar Termo de Compromisso; Selecionar unidade de saúde para atuar como Unidade Sentinela; Identificar e liberar os profissionais da Unidade Sentinela para participar da capacitação e do Seminário Final de Avaliação em Salvador; Arcar com as despesas de deslocamento dos profissionais participantes do projeto para treinamento em Salvador; Organizar e disponibilizar as informações requeridas para avaliação;

69

73

75

76

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123 124 125

126

127

128

129

130

131

132

133

Garantir a lotação dos profissionais na Unidade Sentinela durante o período de duração do projeto. Quanto aos Compromissos do CEDEBA destacou: Qualificar os profissionais de saúde do projeto; Disponibilizar Protocolos Clínicos das áreas temáticas e material de educação em Diabetes; Assessorar os profissionais no desenvolvimento dos Planos de Ação e evento de Mobilização Comunitária; Garantir hospedagem e alimentação em Salvador para os profissionais durante os cinco dias de capacitação e dois dias do Seminário Final de Avaliação; Elaborar Boletins Informativos dos eventos; Realizar análise e divulgar resultados obtidos pelo Projeto; Identificar um profissional articulador entre os municípios e a coordenação do projeto. Ressaltou que a sensibilização dos gestores municipais se constitui num aspecto fundamental para assegurar o comprometimento dessas lideranças com o sucesso do PROCED, desde quando nesses territórios ocorrerão as intervenções propostas. Dessa forma, ao assumir o compromisso, com a efetividade das ações estarão contribuindo para: Responder com major efetividade às necessidades de saúde na área de Diabetes; Melhorar o nível de assistência da população usuária das Unidades Sentinelas; Estruturar a linha do cuidado em Diabetes no âmbito local, sem falar nas guestões do auto cuidado. Finalizou a apresentação com uma citação de Francis Bacon: "O homem sábio cria mais oportunidades do que as encontra." Agradeceu pela oportunidade, chamando atenção de que se a prevalência da Diabetes está aumentando no mundo, implementar a educação pode ser parte da solução, ou seja, ensinar, educar o paciente ao auto cuidado, a prevenção pode significar muito. Dr. Raul Molina agradeceu pela apresentação, colocando que a expectativa aqui é sempre de que possam conhecer a elaboração dos projetos, podendo participar, mas se o projeto já vem com alguns critérios prontos naturalmente facilita o trabalho. Ressaltou que ultimamente eles têm participado da elaboração de critérios através de levantamentos feitos nas regiões, e considerou a experiência muito boa de pegar um indivíduo sadio e mostrar como vive um diabético. Relatou que os secretários de saúde fazem experiências de outra forma, que de pobres ficam paupérrimos, a cada dia uma missão, e estão ficando mais pobres. Dr. Paulo Barbosa parabenizou o CEDEBA quanto a esta iniciativa extremamente importante, lembrou das palavras de Dra. Reine de que não basta disponibilizar o remédio porque isso não é garantia do controle. Acrescentou que não basta ter remédios e não basta ter apenas protocolos, porque existem alguns estudos mostrando que a adesão a protocolos quando feita de uma maneira isolada, é baixíssima. As sociedades, principalmente americana e européia, têm trabalhado muito com protocolos e diretrizes, aqui no Brasil também já estão trabalhando muito com protocolos e a adesão aos protocolos, as chamadas diretrizes, costuma ser baixíssima. Atualmente o que está se desenvolvendo cada vez mais é a chamada pesquisa translacional, ou seja, buscar, descobrir meios de transformar os protocolos numa realidade onde as pessoas utilizem de fato os mesmos. Ressaltou que o projeto incorpora este conceito, pois, parte do princípio não só do protocolo em si, mas de estabelecer estratégias para viabilizar que esse protocolo seja assimilado pelos profissionais de saúde e pelos pacientes, assim, considerou que eles estão indo na direção correta e mais uma vez parabenizou pelo trabalho. Dra. Reine Fonseca colocou que espera que este seja o primeiro momento de muitos, o pontapé inicial para um sonho que é descentralizar a assistência ao diabetes, estabelecer locais nas regionais como estão fazendo a unidade sentinela. Além de refereir que se consequissem mostrar com esse projeto que isso é viável através desse modelo, podiam a partir daí expandir aos outros municípios do estado, outras regionai; e negociar aqui outra forma de ampliação onde todos os gestores poderão participar e o mais importante, buscarem apoio como esse que conseguiram junto à Fundação Mundial de Diabetes, e conseguir maneiras e recursos para expandir ao resto do Estado. Dra. Gisélia abordou a questão de como o SUS deve se organizar e se preparar para responder às condições crônicas, às condições de saúde que precisam de cuidado longitudinal, qualificado e mais próximo ao usuário do SUS. Assim, pontuou que nessa perspectiva da mudança do perfil demográfico e epidemiológico da população, com a prevalência das doenças crônicas, das condições crônicas, é cada vez mais urgente e importante que se discuta a forma de organização, a forma de abordagem mais adequada para se cuidar das condições crônicas. Destacou que a diabetes tem uma condição que precisa dessa abordagem qualificada e o envolvimento do conjunto dos profissionais da atenção básica para se responder de fato a esta patologia que hoje é uma das responsáveis por terem uma agudização dessas condições, inclusive nas grandes emergências. Abordou ainda a existência de muitos casos de pacientes com pés diabéticos hoje nas emergências esperando atendimento, tratando-se de uma verdadeira epidemia de casos pés diabéticos e de amputação. Estão numa situação crítica epidêmica ainda de outras complicações que sabem que entram na linha de cuidado renocárdiovascular decorrente da abordagem não qualificada da diabetes também implicando nessa outra linha de cuidado. Por isso mesmo considerou que os secretários municipais devem realmente entender como uma iniciativa pioneira e como uma possibilidade ampla de expansão para o conjunto do SUS estado. Dra. Suzana Ribeiro parabenizou o CEDEBA, considerando uma experiência extremamente rica e fundamental que vem sendo desenvolvida junto aos municípios e afirmou ser testemunha, porque nos módulos anteriores ela estava na ponta, em Vitória da Conquista que foi contemplado com um dos módulos. Demonstrou entender a preocupação do COSEMS em relação à distribuição dos municípios, mas todos os critérios técnicos levantados e cruzados, com certeza apontavam para uma resposta mais efetiva, uma vez que isso é um projeto. Colocou não gostar muito do termo "projeto piloto", mas acabava sempre sendo usado por conta da necessidade de pausar a discussão também e isso cabia num momento ímpar da rede de crônicos, a formatação da Rede de Atenção às Doenças Crônicas do Estado da Bahia. Ressaltou que esta experiência pode inspirá-los a fazer movimentos semelhantes na construção das redes e através das CIR, através da construção desse plano, da metodologia, do formato de desenvolvimento das ações de educação permanente que o CEDEBA apresenta e já apresentou que é extremamente rico. Destacou também o exemplo dado pela Diretora do CEDEBA, como algo muito sensibilizador, de proporem a experiência do profissional vivenciar o cotidiano de um paciente portador de diabetes com limitações. Ressaltou a importância de se colocar no lugar do outro, pois, a partir daí consegue-se enxergar e sentir a dor de uma forma diferenciada, e tende a procurar resolver mais rapidamente algumas demandas; isso é o mais rico da proposta apresentada, que já foi desenvolvida e que nestes dois módulos que virão isso tende a se consolidar, um processo bastante importante. Comentou que Dra. Gisélia tinha se posicionado do ponto de vista técnico, o quanto isso significa para o estado, do ponto de vista de formação e qualificação junto à atenção básica, mas deixou claro que o componente humano é fundamental nesse processo de qualificação e de desenvolvimento das ações de educação permanente. Referiu que isso tem um significado muito importante para a construção e o alinhamento dessas Redes de Atenção a Portadores de Doenças Crônicas, que já tinham feito uma apresentação no grupo condutor esta semana, já mudando a metodologia para formatar o grupo condutor, montar o grupo temático, enfim, para discutir os critérios, a metodologia da construção, para que possam, por dentro das comissões,

135 136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172 173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

236

237

238

239 240

241 242 fazer esse processo coletivo, identificando situações que estão no dia a dia e que muitas vezes têm uma rede que não é tão articulada quanto parece ser. Destacou que só quem sabe que ela não é articulada são os usuários do SUS que caminham ou tentam caminhar por dentro dessa rede, que muitas vezes a primeira barreira existente é na atenção básica, ainda que não seja a porta fechada do posto, mas quando não tem um médico, ou tem a dificuldade do acompanhamento, ou a dificuldade da visita do agente comunitário, é um conjunto de ações que se agregam e potencializam uma resposta. Então isso não é só com a diabetes, a hipertensão também, que é uma doença que podem trabalhar, sendo fundamental a compreensão e o comprometimento do gestor, não passando somente pela questão de medicamentos. Comentou também que não era à toa que esta proposta estava sendo apresentada e ficado amarrada fundamentalmente a necessidade da SAFTEC, e a necessidade e o compromisso de regularizar exatamente a questão dos medicamentos para diabetes, hipertensão e saúde mental. Isso não dava para verem a cada hora, a cada dia, e as emergências e as unidades hospitalares cada vez mais abarrotadas. Assim, parabenizava Dra. Reine e a equipe do CEDEBA, ressaltando ser um grande diferencial, um grande orgulho ter um centro de serviços como o CEDEBA, apesar da existência de outros, mas era o momento de reverenciar; inclusive festejou aniversário, comemorou sua trajetória recentemente, e todos sabem o tanto que esse trabalho evoluiu ao longo desses trinta anos. Considerou que a partir dessa experiência, eles têm a responsabilidade de levar isso para todos os cantos da Bahia e o espaço era exatamente dentro da CIB, pois este projeto serve para validar essa experiência, assim como foi feito com o teste rápido ha um tempo atrás, o teste para triagem pré natal, que foi feito recentemente, e agora o momento era de fazer uma testagem também da metodologia, não de exames, mas de qualificação e formação diferenciada com os profissionais de saúde, arrematou dizendo que com isso ganhavam todos. Dando prosseguimento à ordem do dia, Dr. Raul Molina colocou em discussão e aprovação a Ata da 221ª Reunião Ordinária, que foi encaminhada anteriormente aos membros por e-mail. Foi aprovada à unanimidade. Na seqüência passou a palavra para a Sra. Nanci Salles, Secretária Executiva da CIB, efetuar a leitura dos expedientes encaminhados à Secretaria Executiva da CIB para informes e homologação: 1.1. Conforme Relatório do SARGSUS/MS, em 10 de abril de 2014, sobre o Relatório de Gestão 2011, 310 municípios foram aprovados pelo CMS (74,34%), 18 aprovados com ressalva (4,32%), 03 não aprovados (0,72%), 01 foi solicitado ajustes (0,24%) e 85 estão em apreciação (20,38%); 1.2. Conforme Relatório do SARGSUS/MS, em 10 de abril de 2014, sobre o Relatório de Gestão 2012, 213 municípios foram aprovados pelo CMS (51,08%), 42 aprovados com ressalva (10,07%), 06 não aprovados (1,44%), 08 foi solicitado ajustes (1,92%), 138 estão em apreciação (33,09%), e 10 não entregaram (2,40%). 1.3. Conforme Relatório do SARGSUS/MS, em 10 de abril de 2014, sobre o Relatório de Gestão 2013, 07 municípios foram aprovados pelo CMS (1,67%), 04 foram solicitados ajustes (0,96%), 24 estão em apreciação (5,74%) e 383 não entregaram (91,63%); 1.4. Auditoria realizada no CEO do Município de Teixeira de Freitas, a Auditoria do SUS-Ba informa que se encontram disponíveis em meio eletrônico, o relatório final, parecer conclusivo e parecer de reconsideração, nos links que relacionados: abaixo

http://www.saude.ba.gov.br/auditoria/images/stories/arquivos/Auditoria/CEO teixeiradefreitas relatorio atv1632.pdf http://www.saude.ba.gov.br/auditoria/images/stories/arquivos/Auditoria/CEO teixeiradefreitas parecer atv1632.pdf http://www.saude.ba.gov.br/auditoria/images/stories/arquivos/Auditoria/CEO teixeiradefreitas reconsideracao atv1632.pdf

1.5. Novo site da CIB estará disponível a partir da primeira quinzena do mês de maio com informações atualizadas sobre as deliberações da CIB, CIT e principais Portarias do Ministério da Saúde: www.saude.ba.gov.br/portalcib. Neste ponto, informou que a Secretaria Executiva da CIB está reformatando o site junto com a Assessoria de Comunicação do Estado, no mesmo formato da SESAB e a idéia é que tenha as deliberações da CIB como hoje já existe, mas 'linkadas' às portarias ministeriais de forma visível no site. 1.6. O Conselho Estadual de Saúde informa os representantes que acompanharão as reuniões da CIB: Jair Alves dos Santos, Aldenilson Viana Rangen, Luis Delfino Mota Lopes, Lilian Fátima Barbosa Marinho e Eliane Araújo Simões. 2. Foram publicadas as seguintes Resoluções ad referendum:

| Resolução | Publicada no DOE | Assunto | | |
|-----------|------------------|---|--|--|
| 077/2014 | 25/03/2014 | Aprova <i>ad referendum</i> o credenciamento de Equipe de Saúde Bucal – ESB no Município de Bom Jesus da Serra. | | |
| 078/2014 | 25/03/2014 | Aprova <i>ad referendum</i> o credenciamento de Equipes de Saúde da Família – ESF nos Municípios de Bom Jesus da Serra e Livramento de Nossa Senhora. | | |
| 079/2014 | 25/03/2014 | Aprova ad referendum o credenciamento de Agentes Comunitários de Saúde – ACS no Município de Livramento de Nossa Senhora. | | |
| 080/2014 | 26/03/2014 | Aprova <i>ad referendum</i> a Proposta nº 913879-14-001, Emenda Parlamentar nº 27440010- 103022015, para construção de uma Policlínica no município de Eunápolis. | | |
| 081/2014 | 26/03/2014 | Aprova <i>ad referendum</i> a Proposta nº 913879-14-004, Emenda Parlamentar nº 27500006- 103022015, para construção de Nova Sede do SAMU no município de Eunápolis. | | |
| 082/2014 | 26/03/2014 | Aprova <i>ad referendum</i> a Proposta nº 911901/14-001, Emenda Parlamentar nº 12700008, para construção de nova sede do Hospital Municipal Nossa Senhora da Conceição, no município de Jacaraci. | | |
| 083/2014 | 26/03/2014 | Aprova <i>ad referendum</i> o Componente de Atenção Domiciliar - AD da Rede de Atenção às Urgências do Município de Madre de Deus. | | |
| 084/2014 | 27/03/2014 | Aprova <i>ad referendum</i> o Componente de Atenção Domiciliar - AD da Rede de Atenção às Urgências do Município de Irará. | | |
| 086/2014 | 28/03/2014 | Aprova <i>ad referendum</i> o ressarcimento do recurso federal de Média e Alta Complexidade, do Fundo Estadual de Saúde da Bahia (FES/BA) para o Fundo Municipal de Saúde de Juazeiro. | | |
| 087/2014 | 28/03/2014 | Aprova ad referendum a solicitação ao Ministério da Saúde de Incremento do Teto Financeiro Federal de Média e Alta Complexidade – MAC para o município de Itabuna, de valores complementares aos contratos do Hospital de base Luis Eduardo Magalhães e Hospital São Lucas. | | |

| 089/2014 | 28/03/2014 | Aprova ad referendum o remanejamento do recurso federal de Média e Alta Complexidade de Fundo Estadual de Saúde da Bahia (FES/BA) para o Fundo Municipal de Saúde de Porto Seguro referente às consultas médicas especializadas. | | |
|----------|-------------|--|--|--|
| 090/2014 | 0.3/04/2014 | Aprova ad referendum a implantação de cursos de graduação em medicina nos municípios selecionados pelo Ministério da Educação – MEC. | | |

Dando prosseguimento à ordem do dia, efetuou a leitura dos pontos pautados para credenciamento: 1. SUPERINTENDÊNCIA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAUDE – SAIS/DAB/DGC: 1.1 Credenciamentos: – Aprovados.

243 244

245

246

247

248 249

250

251 252 253

254

255

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

| Solicitação | Especificação | Município |
|---|--|--------------------|
| NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família | 01 NASF Tipo I – Composição da Equipe: 01 Nutricionista (40h), 02 Fisioterapeutas (30h cada), 01 Psicólogo (40h), 01 Educador Físico (30h) e 01 Médico Ginecologista (30h), totalizando 200 horas semanais. | Conceição da Feira |
| | 01 NASF Tipo II – Composição da Equipe: 02 Fisioterapeutas (20h cada), 01 Psicólogo (40h) e 01 Nutricionista (40h), totalizando 120 horas semanais. | Guajeru |
| | 01 NASF Tipo II – Composição da Equipe: 01 Professor de Educação Física (20h), 01 Nutricionista (30h), 01 Fisioterapeuta (30h), 01 Psicólogo (20h) e 01 Assistente Social (20h), totalizando 120h semanais. | Ipecaetá |
| | 01 NASF Tipo II, vinculado à USF Sede II – Laranjeiras. Composição da Equipe: 01 Nutricionista (20h), 01 Psicólogo (40h), 01 Fisioterapeuta (30h), 01 Educador Físico (40h), totalizando 130h semanais. | Quixabeira |
| | Alteração de Modalidade de Equipe de NASF Tipo II para NASF Tipo I, com a seguinte composição atual: 02 Nutricionistas (20h cada), 01 Psicólogo (40h), 02 Fisioterapeutas (20h cada), 01 Assistente Social (20h), 01 Farmacêutico (20h), 02 Educadores Físicos (20h cada), totalizando 200h semanais. | Condeúba |
| ESB – Equipe de Saúde Bucal | 01 ESB Modalidade I, vinculada à USF da Subestação. | Barra |
| ESF – Equipe de | 01 ESF Modalidade I. | Canarana |
| Saúde da Família | | |
| Equipe de Consultório na Rua | 01 ECnR Modalidade III, vinculada à USF São Judas Tadeu – Composição da Equipe: 01 Coordenador Técnico (40h), 01 Médico Clínico (40h), 01Psicólogo (30h), 01 Assistente Social (30h), 01 Enfermeiro (30h), 01 Técnico de Enfermagem (30h), 01 Agente Social (40h), 01 Arte Educadora (40h) e 01 Motorista (40h). | Lauro de Freitas |

2. SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E REGULAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE – SUREGS/DICON/DIREG:

2.1. Habilitação do Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Procedimentos Endovasculares Extra Cardíacos, da unidade abaixo relacionada: - Aprovado.

| Município | CNES | UNIDADE | CNPJ | HABILITAÇÃO |
|-----------|---------|-------------------|--------------------|--------------------------------------|
| Salvador | 0004057 | Hospital Espanhol | 15.113.103/0001-35 | 08.06 – Procedimentos Endovasculares |
| | | | | Extra Cardíacos. |

2.2. Credenciamento da Unidade abaixo relacionada para a contratualização na Política Estadual de Hospitais de Pequeno Porte - HPP: Aprovado.

| Município | CNES | UNIDADE | CNPJ |
|-------------|---------|--|--------------------|
| Nova Fátima | 2505819 | Hospital Municipal Florisvaldo Josuel Araújo | 11.757.436/0001-46 |

2.3. Aprovação dos Complexos Reguladores das regiões Sul e Sudoeste - Aprovados. 3. GASEC/GCE: 3.1. Aprovação do Plano de Ação Regional (PAR) da Rede Cegonha da Região de Vitória da Conquista e do PAR da RAPS da região de Cruz das Almas - Aprovados. Dr. Raul Molina passou a palavra para Dra. Aldecy Silva, Membro da CIB e Secretária de Saúde de Camacan, que solicitou comentar algo sobre as resoluções publicadas Ad Referendum. A mesma colocou que a região de Itabuna tem tido muitos problemas de forma recorrente em relação à assistência hospitalar e relatou que por inúmeras vezes foram solicitadas reuniões nos municípios, na CIB, no COSEMS, e continuam batendo na mesma tecla, não conseguem entender o que está acontecendo, pois, quando se discute os valores pagos pela tabela SUS, são baixos, compreendendo, respeitando e achando que se quer encontrar uma estratégia, mas não dava para compreender que valores globais gerais de portarias, de implementos, incrementos, vinham sem nenhuma discussão de como vai ser, para quem vem e os municípios vizinhos, os municípios pactuados, inclusive o próprio município de Itabuna, continuam alheios a qualquer gestão desse recurso. Ressaltou que é recurso público, destinado à função pública, mas às vezes, quando tem qualquer problema de assistência hospitalar e que pede para falar com o administrador, ouve certas coisas. Relatou ter ouvido de uma secretária do Hospital São Lucas que o diretor havia mandado dizer que não tinha nada para falar com o Secretário de Saúde e questionava porque é preciso passar por isso. Em sua opinião, não achava que os hospitais ganham demais, achava sim que os valores precisam ser revistos e como vão ser implementados. Pontuou que gostaria de que fosse colocado de uma maneira que os gestores pudessem pelo menos ser respeitados enquanto representantes da população, e na verdade estão alheios. Lembrou que representa a Região Sul e dentro de sua CIR os vinte e dois municípios pediam que os representasse com esta fala, por isso estava dividindo com o Estado e COSEMS, afirmando não saber qual o encaminhamento uma vez que não tinha passado pelos municípios, não tinha sido discutido, e já estava pronto, definido e eles não tinham nada para falar com os Secretários.

Afirmou estar desabafando, mas ao que parecia, vinha do Ministério da Saúde, falava-se que não há mais centralização, que agora é regionalização, fortalecimento das redes, mas não está claro na prática. Dr. Raul Molina relatou que na reunião do COSEMS pela manhã foi discutido isso, inclusive colocando o seu dilema de quem tem que assinar as resoluções. Ressaltou que no momento em que o município conseque um recurso para colocar no seu teto, uma vez que todos estão passando por momentos muito difíceis, no momento em que lhe chega um documento desses para assinar, geralmente fica no dilema porque se não assinar, prejudica o município; por outro lado tem sido colocado que cada município pode correr atrás para ver o que consegue. Com relação especificamente à colocação de Dra. Aldecy, informou que o Estado tinha explicado que no período em que ainda não tinha sido entregue a gestão plena para Itabuna, o Estado já vinha gastando um valor, o valor foi incrementado agora pelo Ministério da Saúde. Mesmo assim, como havia tempo para dar a resposta, solicitou a Dra. Stela e depois conversou com Dra. Suzana sobre como foi que tinham agido. Informou que Dra. Stela tinha estado numa reunião, a qual estava acontecendo coincidentemente na CIR de Ilhéus e havia colocado lá o assunto, tendo havido o fechamento de que o município de Itabuna tinha que cumprir alguns condicionantes. Dra. Stela Souza comentou que Dra. Aldecy devia ter saído na hora dessa discussão no COSEMS pela manhã e considerou importante retomar aqui a fala sobre o recurso para município que lhes deixava numa situação difícil, inclusive o próprio Estado, que também passa por essa dificuldade, onde há uma pressão do tipo "o teto fecha hoje, se não publicar não vai receber o recurso". Explicitou que esta resolução mais especificamente preocupava, ressalvando a Resolução de Juazeiro que era possível compreender, tendo em vista que se tratava de remanejamento de recurso, mas a resolução do teto do Hospital São Lucas preocupava porque sabiam que tinha relação com a devolução do comando único, mas as suas falas das CIR, principalmente de Ilhéus e Itabuna, que são as duas que mais utilizam os servicos de Itabuna, não tinham conseguido avancar em nada. Então não cabia entender como aumentaria recurso se o serviço, ao contrário, está diminuindo, tendo sido esta a fala pela manhã. Como tinham um prazo, parecia que na quinta-feira, numa CIB, o Secretário do município tinha estado aqui, entrado e saído, não tendo ficado na CIB, e no dia seguinte veio a resolução ad referendum. Então ficavam preocupados em como resolver isso, deveria ter sido exposto aqui o que estava acontecendo porque é uma responsabilidade muito grande e assim como Dra. Aldecy cobrava, o COSEMS sabia que podia ser cobrado e com razão. Confirmou que ao receber a ligação de Dr. Raul, estava na reunião da CIR de Ilhéus e como as CIR de Ilhéus e de Itabuna têm comissões conjuntas de avaliação de contrato, talvez este tenha sido até o pontapé para o grupo voltar a trabalhar mais ativamente. Disse que tinha consultado os membros e todos tinham sido unânimes em dizer que não e que a proposta seria de não deixar perder o recurso, mas seria necessário reunir imediatamente a CIR conjunta para avaliar o contrato, o Plano Operativo Anual desse contrato para ver o porquê não estavam sendo atendidos. Caso ficasse comprovado, após avaliação, tanto o Base quanto o São Lucas, que não estão atendendo, iriam entrar com solicitação de remanejamento, de retirada de recurso ou o que couber. Destacou que este tinha sido o caminho encontrado na reunião do COSEMS pela manhã para resolver naquele momento a situação. Dra. Suzana Ribeiro colocou que esta questão de Itabuna é uma discussão bem anterior a este momento, desde que vem sendo discutida a estória do comando único do município, o COSEMS tendo acompanhado várias vezes as discussões, inclusive técnicas em relação à questão do teto financeiro, o município sempre apresentava uma diferença e era sempre um tensionamento de assumir o comando ou não. Disse que existia o contrato da SESAB já que estava sob a gestão estadual, então os contratos da SESAB com a Santa Casa, São Lucas, Calixto, Manoel e a questão do próprio LEM, eram contratos que não eram suficientes do ponto de vista do repasse que existia na questão do filantrópico pelo Ministério e também o municipal que estava previsto para o município e a SESAB fazia o complemento com a contrapartida estadual porque era dela a gestão, do mesmo jeito que o município que é gestor tem o comando, tem seu contrato, complementa com recurso próprio quando está além da sua capacidade, além da necessidade de produção. Nessa situação, quando assumiu o comando a discussão toda tinha sido essa e o COSEMS sabia disso. Falou que o Estado obviamente não manteria o recurso estadual que estava lá, já que o município tinha assumido o comando e a responsabilidade passava a ser do município que colocava essa dificuldade e vinha tentando negociar. Conseguiu negociar com o Ministério da Saúde para assumir a diferença do contrato, não é um contrato novo, não é um aporte maior de recurso, foi para reequilibrar o valor que ele tinha de cada contrato. Nessa negociação feita, inclusive o Ministério tinha colocado para o Estado encaminhar a resolução, tendo sido conversado com Dr. Raul na época, porque isso já tinha sido pactuado lá atrás. Mas o grande nó da questão realmente é que não estão empoderando a CIR. Quando a CIR de Irecê se manifestou em relação ao Hospital Regional de Irecê, no momento de definição, abriu o contrato do Hospital, foi para cima, apresentou os dados, os números, a produção e etc. Esclareceu que agora a CIR tinha que acompanhar também, o Estado tinha que fazer a fiscalização, mas nada melhor do que os gestores que estão lá acompanhando a produção e esse contrato, para dar uma resposta maior, que é o caso do São Lucas e do LEM. Então não é que vão acompanhar e, se não estiver produzindo, colocarem mais dinheiro, mas é manter o contrato inicial que já estava colocado anteriormente, desde 2012 e trabalhar na fiscalização porque obviamente não dava para ter gestantes rejeitadas na porta da emergência obstétrica como já tinha sido citado aqui, mas o gestor é o município de Itabuna, essa movimentação dos gestores ia procurar um prestador para poder ouvir, porque os gestores não estão no seu território, o prestador endurece porque o contrato dele não é com o gestor e sim com o município de Itabuna. Então o movimento de todos, como gestores da região de saúde, era não ir para cima do prestador para brigar, porque o dinheiro podia ser de quem fosse, mas o contrato é com o município de Itabuna e quem legalmente tinha que responder era o município, cabendo, portanto, aos gestores municipais, que têm um espaço interfederativo de articulação e de gestão regional, que é a CIR, fazer um movimento dentro da CIR junto com o gestor de Itabuna, convidar formalmente os prestadores para apresentarem sua produção, ver contrato, enfim, o movimento tinha muitas formas de fazer. De qualquer maneira, para ser bem redundante, o grande movimento era de fiscalizar, acompanhando o processo e não somente a demanda. Afirmou compreender a dificuldade, a angústia que tem sido inclusive recorrente em algumas regiões, mas que só é possível superar algumas dificuldades quando senta todo mundo para conversar, coloca o problema à mesa e se debruça sobre ele. Destacou que de outra maneira não se resolve. Ressaltou que todos têm falta de recurso, subfinanciamento é comum a todos, não sendo privilégio nenhum porque é referência ou porque é pequeno, ou porque é Estado, ou porque é grande. Então as dificuldades permanecem, se tira o recurso que era o contrato que estava, ele fecharia a porta do serviço, iria buscar teto da habilitação ou credenciamento de algum serviço para poder dar conta do território e aí é que a coisa fica mais difícil, porque aí fecha a porta literalmente e não é isso que querem que aconteca, muito

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321 322

323

324 325

326

327

328

329

330

331 332

333

334

pelo contrário, é preciso aumentar o poder de fiscalização, acompanhamento e diálogo. Dra. Aldecy Silva observou que há um déficit histórico no Hospital de Base que, com todas as dificuldades e limitações tem tentado resolver, e colocou que não é somente a questão do contrato do São Lucas, independente de quem é o contrato, estavam falando de recursos que vem globalmente, para incremento, que não está no contrato, é recurso novo. Comentou que então esse recurso tinha que ser passível sim de uma discussão com todos os municípios nesse espaço de gestão aqui. Assim, arrematou dizendo que aproveitava a oportunidade para dizer que este discurso de todos os contratualizados, principalmente os filantrópicos, que ao contrário do que está previsto na constituição, primeiro público e segundo privado, com a nova portaria os filantrópicos estão na frente do público, do ponto de vista de financiamento, o que é inconstitucional, mas tinham conseguido uma portaria inconstitucional que lhe dá mais recurso do que o público, e vem inclusive diretamente do Ministério, sem passar pelos espaços de gestão e tem o desplante de dizer às vezes que não estão satisfeitos com a tabela SUS e que, se não estivermos satisfeitos com a qualidade do serviço, que não fazem questão do credenciamento. Colocou um detalhe, de que para ele sair de um credenciamento, ele tem que ressarcir os cofres públicos de todo o investimento que foi feito, com risco de responder a processo de falsidade ideológica, porque para ele receber este recurso ele declara que é de interesse público e recebe recurso de investimento, de estruturação, de equipamento e depois diz que não tem interesse de abrir para o público. Então, registra que sendo assim, esse recurso tinha que ser devolvido para os cofres públicos, com juros e correção, ou ele levava a sério e o tratavam com seriedade ou então devolvia. Reiterou que esse discurso de dizer que não tem participação a dar para o setor público, como se esse recurso fosse particular de a ou b, isso é no mínimo uma falta de respeito com o recurso público, para não falar uma coisa pior. Com relação ao encaminhamento, disse já ter sido dado por Dra. Stela e este era o começo, já que há pouca coisa a fazer em relação a essa questão. Dra. Suzana Ribeiro deixou claro que não tinha falado da habilitação pelo prestador, o que tinha dito foi que se sai do teto do gestor ele vai justificar com aquele valor, ele não vai poder manter porque o recurso saiu e ele não tem como complementar o contrato e aí vem o discurso de desabilitar ou a atitude, mais do que o discurso, de dizer que não tem como manter. Concordou que o prestador filantrópico tem que prestar contas na CIR também, tem que abrir POA, tem que discutir, se não for assim não se conseque em qualquer instância que seja, sob a gestão de quem estiver, se não nunca se consegue fazer essa transparência da gestão do dinheiro público que é o que na verdade une a todos e proporciona o alinhamento do que se coloca. Dr. Raul Molina lembrou, com relação à região sul, que não é a primeira, nem a segunda vez que se traz um problema dos prestadores. Ressaltou que tanto Estado quanto COSEMS tinham feito questão de se manifestar que contra isso e que quem assina o contrato deveria executar essas coisas. Falou que isso vem sendo sempre colocado, inclusive o pessoal do extremo sul e principalmente da região sul tem trazido várias vezes estes problemas com prestadores. A Secretária Municipal de Saúde de Ubaitaba, Yolanda Carneiro, colocou que esta é uma inquietação de todos os secretários da região sul. Lembrou que o município de Itabuna já está na gestão plena há quase um ano e ainda não existem respostas efetivas, tinham tentado várias vezes nas reuniões da CIR discutirem sobre os problemas dos prestadores, sobre procedimentos que há oito anos Itabuna não realiza, assim, os municípios da região já estão saturados com Itabuna, e que é preciso uma união da CIR com Itabuna, Ilhéus, COSEMS e SESAB para tentar resolver efetivamente este problema porque é muito difícil para quem está lá, recebendo todas as reclamações e vivenciando toda essa situação do município de Itabuna. Dr. Raul Molina colocou que a condução e o encaminhamento desse assunto já tinha sido dado e passou a palavra para a Secretária Executiva da CIB passar mais um informe. Nanci Salles colocou o informe da SAFTEC, sobre o Curso de Especialização em Gestão e Tecnologias em Saúde com ênfase em Engenharia Clínica, como área de conhecimento e gestão, que tem como objetivo formar especialistas nas áreas de equipamentos médicos hospitalares e engenharia clínica, suprindo a demanda por profissionais aptos ao planejamento e gerenciamento de sistemas médicos hospitalares. O público alvo desse curso: profissionais com formação de nível superior em engenharia clínica, nas diversas engenharias e tecnólogos nas áreas de eletroeletrônica; para gestão de equipamentos seriam profissionais de formação superior nas engenharias, tecnólogos em eletroeletrônica, administração, enfermagem, fisioterapia e medicina. A carga horária para engenharia clínica é de duzentas e sessenta horas, gestão de equipamentos duzentas e sessenta horas, totalizando quatrocentos e vinte e cinco horas e a previsão de iniciar o curso é na primeira semana de junho de 2014. O Coordenador passou a palavra ao Diretor da DAB, Cristiano Sóster, para dar outro informe, tendo o mesmo colocado que se trata de uma notícia boa, nesse momento de processo de ampliação do Programa Mais Médicos, o Ministério da Saúde antecipou o quinto ciclo. Então na segunda-feira já receberão mais oitenta e oito médicos e na terça-feira mais dezessete. Referiu que a lista será divulgada nos municípios que vão receber estes médicos e o encerramento está previsto do quarto e do quinto ciclo para quarta-feira dia 16, isso vai movimentar bastante, os municípios vão precisar se organizar para receber os profissionais e com isso será possível também dar algumas respostas a várias demandas que os municípios vêm colocando para a DAB. Então, estão os médicos do quarto ciclo que são quarenta e dois já em formação aqui em Salvador e no dia 16 já estarão se dirigindo para os municípios que foram designados e os do quinto ciclo chegam segunda e terça-feira e também no dia 16 estarão se dirigindo para os municípios que foram designados. Ressaltou que este final de semana farão contatos com os municípios para que consigam se organizar para hospedagem, alimentação e outras necessidades que forem apontadas. Os municípios que vão receber médicos do quarto ciclo são Banzaê, Caém, Camaçari, Capim Grosso, Conceição do Jacuípe, Dias D'Ávila, Entre Rios, Euclides da Cunha, Gandu, Gentio do Ouro, Glória, Ipirá, Iramaia, Itaguaçu da Bahia, Maetinga, Mundo Novo, Mutuípe, Pau Brasil, Pindobaçu, Salvador, Santana, São Gabriel, Sítio do Quinto, Várzea do Poço e Wagner. Dando prosseguimento, Dr. Raul Molina passou para o próximo ponto de pauta: 1. GASEC/COPE: 1.1. SISPACTO e Programação das Ações de Vigilância em Saúde 2014. Apresentação: Dra. Joana Molesini. Esta iniciou cumprimentando a todos, colocando que tinha ficado combinado de fazer o SISPACTO este ano em março, infelizmente não tendo sido possível, assim, iria explicar o porquê e colocar como estão. Lembrou que o SISPACTO e a ProgVs juntos é um movimento já conhecido e mostrou o Caderno de Diretrizes do Ministério da Saúde que todos os municípios já tinham recebido e as informações que nele estão não serão reproduzidas. Então pediu aos secretários que encontrassem seu material, pois caso fosse preciso consultar não haveria possibilidade de disponibilizar já que todos tinham recebido. Lembrou que a senha do SISPACTO é um técnico municipal que alimenta, na regional também tem um técnico de referência e no nível central, na COPE, que é a técnica Lidiane. Falou o que tinha sido feito de movimento do ano passado até agora: disse que no ano passado tinham acordado que fariam uma pactuação em dezembro e tinham acabado quase em dezembro, que era muito mais aprendizado, porque não se faz a

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373 374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392 393

394

395

396

397

398

399

400

401

programação de um ano em um desenho só, mas que este ano fariam em março. Logo que fechou o ano foram iniciados alguns movimentos: Revisão das notas técnicas 2013 - O caderno texto tinha as Notas Técnicas que foram revisadas, tomando como base a atualização da Série histórica (28.02.2014). Pontuou que a primeira justificativa de porque não tinham feito o movimento prometido em marco era o fato dos grandes bancos de dados terem sido fechados no dia 28 de fevereiro, e era preciso dar oito dias para puxar as informações para atualizar séries históricas e tinham acabado isso muito recente. Mas já adiantavam que o Ministério ainda não havia liberado a avaliação do SISPACTO 2013, mas já tinham a série histórica puxada pelo próprio estado, de todos os indicadores. Então quando começarem já têm a atualização da série histórica de todos os indicadores. Com essa atualização, foram para o próximo movimento que é a negociação SESAB e COSEMS/BA. Trabalharam com a equipe do COSEMS como feito anteriormente, trabalharam em cinco turnos. Informou que em 2014 vão trabalhar com cinquenta indicadores, trinta e sete do ano passado foram mantidos exatamente iguais, onze foram modificados e dois foram acrescidos porque tinha ficado acordado no ano passado que fariam a partir desse ano parte e aquele que é específico do Estado, foi mantido. Os modificados: Indicador 2 - Proporção de internações por condições sensíveis à atenção básica (ICSAB) - Mudaram a variação porque a avaliação é de que o Estado no global melhorou; então a proposta feita no ano passado tinha ficado superada. Então diminuíram o percentual porque tinham superado. Indicador 3 - Cobertura de Acompanhamento das Condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família - No ano passado tinham trabalhado com o padrão do Estado, que era 78,3. Na discussão da avaliação da série histórica isso é impossível para todos os municípios, mas acordaram fazer um escalonamento. Indicador 12 - Número de unidades de saúde com serviço de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências implantado - Também um indicador que foi melhorado, a proposta era trabalhar em 2014 com10% e aumentaram para 20% porque na Bahia não fazia mais sentido 10%. Indicador 18 - Razão de exames Citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população feminina na mesma faixa etária. Indicador 19 - Razão de exames de mamografia realizados em mulheres de 50 a 69 anos e população da mesma faixa etária - Tinham uma razão que era muito alta para o estado, então escalonaram para contemplar todos os municípios. Indicador 21 - Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré natal - Neste mantiveram a proporção que tinham acordado no ano passado. Indicador 24 - Taxa de mortalidade infantil - Desagregaram a proporção porque está colocado que, com mais de cem mil habitantes se considera taxa e com menos é número absoluto. E como no ano passado tinham trabalhado com proporção, este ano, para menos de cem mil habitantes, negociaram número absoluto; e para mais de cem mil, negociaram 3% de redução da taxa que foi o que tinham trabalhado no ano passado. Indicador 25 - Proporção de óbitos infantis e fetais investigados -Mantiveram o escalonamento do ano passado, que sugeria que avançassem mais 10% ao ano. Indicador 29 - Cobertura de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) - Lembrou que tiveram a questão do ano passado porque só estava colocado para os municípios com mais de 70.000 habitantes. Alguns municípios que já tinham aprovado CAPS I, que tinham menos de 70.000 habitantes, ficavam em dúvida se colocavam ou não. Então para estes ficaria de acordo com o desenho da rede da região que já foram pactuados. Indicador 39 - Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerradas em até 60 dias após notificação - Este eles escalonaram porque o estado tinha melhorado. O escalonamento era de setenta, como o estado tinha melhorado, eles reduziram o escalonamento. Indicador 41 - Percentual de municípios que executam as ações de vigilância sanitária considerada necessária a todos os municípios. - Neste mantiveram 100% das ações. Os dois novos: o que tinha ficado acordado no ano passado: Indicador 6 - Proporção de exodontia em relação aos procedimentos - O indicador tendo ficado variando, em relação a toda a população, o certo é que só trabalharam com a população escolar o município já cumpre por fora. Indicador 60 - Número de pontos do Telessaúde Brasil Redes implantados -Aqueles municípios que têm uma portaria que define onde vai ficar os pontos de TELESAÚDE. Aquelas tinham sido as modificações que não têm nada muito diferente do ano passado. Voltando aos movimentos dessa negociação estavam elaborando o Manual de Orientação que, se depois desta reunião ficasse tudo ok, mandariam para a gráfica, e estaria disponível, sendo a sua expectativa a de obedecer o fluxo que colocado lá no indicativo do Ministério de que as negociações ocorram nas CIR de maio, em maio e junho aprovem nos Conselhos, em junho registrem a validação e ainda em junho, com a copa do mundo também pudessem vencer a questão da Bahia, aí teriam cumprido o programado. Dr. Raul Molina agradeceu pela apresentação e passou para o próximo ponto de pauta: 2. SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS DA SAÚDE - SUPERH/EFTS: 2.1. Formação dos ACS da Bahia. Apresentação: Maria José Camarão, Diretora da Escola de Formação Técnica em Saúde que compõe a Superintendência de Recursos Humanos. Iniciou colocando que apresentaria um projeto de uma construção coletiva e estavam trazendo também uma prestação de contas, porque a Escola e a SESAB, esta gestão que acredita na democracia como já falado antes, a questão da transparência, estavam cumprindo, trazendo e demonstrando o trabalho desenvolvido neste período de 2007 a 2013 e esperavam resposta e sugestões dessa Comissão tão importante e agradeceu por este espaço democrático que se não fosse por ele não seria possível construir tudo que foi construído e depois apresentar aqui. Iniciou a apresentação em slides: Formação dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS na Bahia (2007 a 2013). As atividades desenvolvidas e os recursos gastos na formação dos ACS, referente à primeira etapa do módulo I, de quatrocentas horas. Iniciaram em 2007 os gastos com a formação do Módulo 1 que foram de nove milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e três reais e sessenta e oito centavos. Conseguiram fazer essa qualificação, essa formação do módulo 1 para um total de 22.783 ACS e tinham ainda, voltado a fazer o módulo 1 4.184 ACS que correspondem a cinquenta e um municípios que não tinham conseguido desenvolver o processo. Nesse movimento foram reproduzidos cerca de vinte e sete mil vias curriculares para o modulo 1 e que por conta desse trabalho a Escola participou de uma ação no Haiti. Destacou que a metodologia adotada para a formação dos agentes comunitários, o modo de fazer, de trabalhar e da problematização, estão pautados nos princípios de Paulo Freire, avançando-se no que diz respeito à educação e à gestão do trabalho, compreendendo que as coisas têm que andar juntas. Mencionou a oferta do fardamento para os agentes comunitários, que já estavam com um fardamento bastante defasado e a Escola comprou e fez bonés, camisas e mochilas, gastando-se o valor de quatorze mil e setecentos reais para a confecção do fardamento. Destacou os dados em forma de gráfico, com o número de alunos formados no módulo I, correspondendo mais ou menos a oitenta por cento dos municípios, mas ainda faltando cinquenta e um municípios que não tinham desenvolvido o módulo I no estado, de acordo com o total de ACS cadastrados nesse período. Ao assumir a proposta em 2007, no projeto encaminhado para o Ministério da Saúde existiam na Bahia vinte e um mil agentes comunitários de saúde, número que correspondia ao do projeto assumido pela outra gestão.

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423 424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

No entanto, outros ACS foram sendo selecionados e ingressados no sistema, aumentando o número de agentes comunitários para mais de vinte e seis mil atuando na atenção básica, ultrapassando 100% da meta do projeto, sendo necessário cumprir a formação para todos os agentes comunitários. Qualificou a sua fala como muito própria para a sensibilização dos municípios, para que eles também articulassem mais com a Escola e com a Secretaria, a fim de juntos verem de que forma se resolveria essa questão dos municípios que não tinham desenvolvido ainda o módulo I. Relembrou que a história é importante para contextualizar o presente e comentou que, com relação ao material didático, tinha sido feita a confecção do quia quando ela assumiu a gestão, em trabalho com as técnicas da Escola. Portanto, não foi necessário contratar consultoria, o que no projeto anterior estava orçado um valor exorbitante. Porém, acreditando que se devem buscar expertises existentes no serviço público, na Secretaria de Saúde e nos municípios, isso tinha sido feito, tinha dado certo e o material didático do módulo desenvolvido hoje é referência nacional. Disse que, com relação à reprodução, é possível ver as diferenças, na gestão anterior estavam orçados inicialmente noventa reais por cada módulo e quando foi colocado na roda para verem o que poderia ser feito para potencializar essa formação, se conseguiu fazer uma licitação e cada módulo desse passou a custar doze reais, numa diferença bem significativa alcançada. Por conta dessa economia tinham podido comprar camisa, mochila, fardamentos para os agentes comunitários. Demonstrou o investimento através dos gráficos, com relação ao fardamento, de um milhão cento e quarenta mil reais e destacou que o Estado ultrapassou mais de 100% da meta. Fez os agradecimentos, comentando ter sido um esforço grande e que tinha trazido à CIB parte da equipe da Escola para representar os mais de cem funcionários e solicitou às apoiadoras que se levantassem para os gestores conhecê-las e mencionou que ali nem todas estavam presentes, pois são profissionais que viajam, vão para outros municípios, que fazem a implementação, monitoramento dos cursos ao longo de todo esse processo educativo. Agradeceu a Senhora Gerusa, que é secretária escolar, e só no curso são mais de vinte e dois mil alunos, sendo necessário certificar todos, tendo toda a questão da documentação para sair o certificado condizente. Reiterou o desejo de que todos os agentes façam o módulo I, pois foi visto que nos municípios onde foi realizado o curso, esses trabalhadores tinham mudado o perfil, passando a compreender mais a importância da prevenção e da promoção da saúde e, enquanto elo com a população, comentou que era necessário melhorar mesmo, pois são eles que estão mais próximos da população e precisam ter mais acesso ao conhecimento e o curso dá essa oportunidade. Agradeceu também às enfermeiras que estão nos municípios e que foram as professoras do curso, aos secretários de saúde, à equipe do financeiro, pois todos os municípios tinham se esforcado muito para gratificarem os enfermeiros. Disse ainda que na Escola não tem um contador, apenas na Superintendência, Valdirene e o pessoal tinha se debruçado nessa aérea de contabilidade, para fazerem o repasse e o controle de cada município, o que era feito e publicado no Diário Oficial. Agradeceu também ao FESBA por ter sido uma parceria muito importante, salientando que a idéia tinha sido do ex Secretário de Saúde, Dr. Jorge Solla, de fazer esse modelo de gestão, repassando do fundo estadual para o fundo municipal, porque se não fosse nesse modelo não se teria alcançado essa meta, por conta da burocracia e da lei que impedia que se fizesse o pagamento de gratificação. Pontuou que ocorreram alguns problemas nos municípios, porém mais de 80% tinha conseguido ultrapassar esse desafio e conseguido gratificar os profissionais. Informou que tinha conversado pela manhã com a Secretária de Cordeiros e ela estava feliz por ter conseguido cumprir o módulo II, porém tem ainda o módulo III, os agentes comunitários cobram isso, portanto é a batalha que se tem diariamente para a garantia da educação na saúde. Apresentou Fábia, representando a Diretoria Administrativa, para todos a conhecerem, pois todos os dias a Diretoria liga para os municípios e recebe ligações de todo o interior da Bahia. Citou a DAB como parceria muito importante para apresentar essa temática nesta Comissão, além de ser possível juntamente com a DAB, potencializar a qualificação dos agentes comunitários. Destacou que outras pessoas da equipe tinham se doado nesse processo, médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e saúde bucal, o Ministério da Saúde, que criou todo o processo para descentralizar o recurso para essa formação, a equipe toda da escola como já havia colocado, agradeceu também ao ex-Secretário Jorge Solla e ao COSEMS. Mencionou que é uma alegria e uma sensação de missão cumprida estar socializando esse momento com todos, que o esforço tinha sido grande, mas tinha valido a pena. Colocou que a outra parte seria a continuação do curso, pois a tem afligido bastante. Falou de Barra do Rocha, onde três turmas tinham concluído o módulo II, assim como o município de Cordeiros, tendo ainda quatorze municípios com o curso em andamento, e vinte e cinco municípios previstos que ainda não tinham iniciado. Destacou que caso questionassem porque outros municípios não tinham sido contemplados, comentou que todos os municípios citados tinham sido contemplados na Portaria. Comentou ainda que todos os dias a Escola recebe ofícios para fazer o módulo II, contudo tinha ficado pactuado na CIB que seria dessa forma, os municípios que já estavam organizados, que não tinham tido problemas na gratificação, nem para gerir o recurso, seriam priorizados para fazer o módulo II, por isso que só aparecem esses municípios, os quais conseguiram se organizar melhor. A Senhora Gerusa informou que Guanambi e Barra do Rocha constavam no Diário que já tinham concluído o módulo II. A Sra. Maria José reforçou, através das fotos, o trabalho feito com os agentes comunitários, com as distribuições dos fardamentos aos mesmos, ao tempo em que comentou que os funcionários da Escola, que não tinham nem o papel de carregar caixas, faziam isso com muita vontade, pois como fazem uma gestão colegiada, com assembléias mensalmente na escola, onde todos participam, o motorista, o pessoal da limpeza, vigilantes, e tomam conhecimento das ações da Escola e do esforço realizado. Por isso todos querem trabalhar e ajudar de alguma forma, o que foi muito importante para alcançar a atual realidade. Destacou que gostaria de sair dessa reunião com sugestões. Relatou que Rede UNIDA está acontecendo em Fortaleza onde teria havido uma reunião para a construção de uma agenda da formação dos agentes comunitários e o representante do DGETS/MS, que é o Coordenador da área técnica, falou que tinha sido colocada lá a possibilidade de um recurso, sendo necessário confirmar para se garantir a vinda desse recurso, para que pelo menos os municípios contemplados na Portaria e aprovados em CIB, consigam ainda tocar esse ano. Questionou se todos estavam de acordo, pois na Assembléia tinha sido bastante pressionada para fazer informe na CIB e agradeceu a oportunidade de informar o curso na CIB. Mostrou o módulo II. comentando que iá tem o material didático confeccionado, o que é uma façanha, pois ao assumir a Escola, esta não possuía módulos, apenas textos e apostilas, como se falava no passado e era difícil planejar uma unidade assim. Ressaltou que hoje se tem todos os módulos e todos os cursos funcionam assim, com cadernos distribuídos para os alunos e professores, porque depois eles ficam utilizando também para o desenvolvimento do seu trabalho no cotidiano. O Senhor Coordenador saudou a todos e agradeceu a Maria José e toda a equipe da Escola de Formação Técnica, salientando a importância da capacitação dos colaboradores, servidores, de todos que trabalham com a SESAB, que é um belíssimo trabalho, que tem acompanhado há

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525 526 527

528

529 530

531

532

533

534

535

mais de sete anos e com muitos resultados para apresentar. Na sequência, abriu as inscrições para sugestões e avaliações. A Senhora Maria José falou que passaria uma pasta para o Senhor Raul Molina com a listagem de todos os municípios que tinham iniciado o módulo I e que estão com pendências, todos com os valores de recurso, o módulo II também, as portarias, e os municípios que tinham recebido a gratificação, tinham recebido o recurso e não tinham efetuado o pagamento dos docentes. Destacou que tinha ficado decidido que a Escola não faria essa fala na CIB, mas se os municípios quisessem consultar, todas essas informações estariam no COSEMS. O Senhor Raul Molina agradeceu a Sra. Maria José e a todos os apoiadores, pois eles sabem como funciona o processo, uma maravilha no início, mas quando começavam a avançar, as coisas iam complicando. Comentou que não é fácil lidar com agentes comunitários, uma categoria que ele respeita muito e sabia o quanto se pode tirar desse potencial, principalmente na formação deles. Informou que o município já tinha adquirido os tablets e a partir do dia vinte e sete deste mês realizariam a entrega e comecariam a trabalhar online e saberiam onde os agentes estão. seriam as duas coisas. Com relação à lista entregue por Maria José, referiu que estava presente a Senhora Flávia que acompanharia e solicitou que os municípios consultassem a lista e tentassem resolver as pendências, entrando em contato com a Escola. A Senhora Aldecy comentou sobre a meta programada para o módulo I, que tinha sido atingida em mais de 100%, mas tinha ficado agendado que assim que terminassem o primeiro grupo, iniciaria o outro. No caso específico de Camacan, tinha havido a mobilização e a organização do início das turmas, com a data agendada, porém tinha sido suspenso por conta dessa ajuda que não tinha. Então sempre que encontra com o grupo, perguntam quando vai voltar o curso e questionou se havia alguma previsão da EFTS. A Senhora Maria José Camarão respondeu que existem quatro mil agentes que precisam desenvolver, estando os de seu município inclusos nos quatro mil, porque a meta, que era de vinte e um mil, tinha sido batida no início, mas depois tinham sido inseridos mais agentes comunitários, hoje, mais de vinte e seis mil. Portanto buscam-se mais recursos, e agora se espera para ver o que se consegue de recurso, por parte do Ministério, para se realizar os quatro mil agentes restantes. Informou que possui outra proposta que constará na próxima planilha, onde, por exemplo, se o município diz que tem condição de fazer um acordo com as enfermeiras e outros profissionais para desenvolver o curso com os agentes que ainda não tinham tido oportunidade, então podia acontecer essa conversa, o município arcando com a gratificação financeira ou não, e a Escola daria todo apoio, com o material didático e o monitoramento. A Senhora Elba Carvalho, Secretária de Saúde de Cordeiros, ponderou que faz parte dos municípios que tinham concluído o módulo II, sendo de grande importância para o município, e hoje tem um nível de qualidade por igual, pois sabe que tem aqueles que apresentam maior ou menor capacidade técnica, e graças a Deus e ao curso isso tinha melhorado bastante. No entanto ficava a questão também da gestão, porque falando de outros municípios que não tinham realizado o segundo módulo, muitas vezes não tinha sido pelo desejo e sim por conta da gestão, pois, para que tivesse essa capacitação, tinha havido um curso para os enfermeiros e por isso, não era simplesmente pegar um enfermeiro hoje e repassar o curso, tinha que ser aquele enfermeiro que estava na gestão anterior. Então, muitos municípios não tinham dado certo por que a gestão não tinha mantido esses profissionais. Reforçou que tem esse impasse para continuar e deixar claro o desejo da realização do módulo, pois tinha sido um investimento alto, como dito anteriormente, a meta tinha sido atingida, mas como ficavam esses agentes aos quais tinham sido implantados sonhos de uma conclusão, de uma formação técnica, mas se parando no meio do caminho, não que não tenha sido válido, era algo muito sério que não dava para começar a implantar e não concretizar, por mais que se tivesse dificuldade nos municípios. Mas que ainda estava em tempo de buscar e providenciar esses profissionais que já tinham passado pelo curso e também aqueles que tinham conseguido concretizar para não ficarem apenas no segundo módulo. Referiu que o ideal era criar estratégias até por que tinha sido propagado para esses ACS que eles seriam técnicos, que teriam certificados e eles cobravam a todo instante o módulo III. Concluindo, colocou a necessidade de pensarem que se mexia com o sonho de vários profissionais e tinha que ser levado com mais cautela. O Dr. Eraldo, falou da existência uma solicitação à Escola, com relação ao tema transplante, demanda que existe há muito tempo, pois tinha sido feito um projeto de capacitação dos PSF para o Ministério, estando aprovado o projeto e boa parte dos municípios a serem contemplados com essa formação. O Senhor Washington Couto questionou se tinha mais perguntas e não havendo passou a palavra para a Senhora Maria José. Esta concordou com o colocado, mas, quando o Ministério tinha feito a proposta com a categoria, ela tinha se mobilizado e construído o curso técnico com todos os módulos, porém o recurso do Ministério tinha ido para pactuação, tendo sido várias pactuações, existindo gestores e entidades que são favoráveis e outras não, sendo um debate grande no país, com estados como São Paulo, por exemplo, que não tinha feito o módulo I, portanto existiam várias situações pelo país. Quanto à situação da Bahia, segundo a avaliação na Rede de escolas técnicas, teve um avanço no formato que fez, e só foi realizado o curso para os agentes que já eram considerados funcionários públicos, que já tinham tido a estabilidade funcional. Porque em muitos locais tinham feito o curso e os agentes tinham sido demitidos, o que acontece hoje ainda com os enfermeiros que tinham sido professores nesse processo, existindo muitas questões ainda a serem amarradas e a força da categoria é que poderia trazer um retorno para isso, bem como a sensibilidade dos gestores para que se dê continuidade. Portanto, repetia que o gestor podia ter uma posição e conseguir uma forma de fazer essa articulação no seu município, toda a sua equipe, tendo ou não as enfermeiras capacitadas, a Escola faz a capacitação, ele assumiria essa parte e a Escola faria a parte do material didático, da certificação, assim como é feito com todos os outros cursos que são desenvolvidos pela Escola. O Senhor Washington Couto agradeceu a Diretora, Maria José, e convidou os representantes da SAFTEC, a Senhora Franciane, da Diretoria de Assistência Farmacêutica e o Senhor Robério para apresentar o outro ponto. O Senhor Robério saudou a todos e informou que é o Superintende em exercício desde segunda-feira, tendo assumido em um momento de muitas dificuldades, mas continuava com o grupo, com exceção de Dr. Alfredo, que se afastou por questões eleitorais. Falou que esse grupo já vinha discutindo juntamente com os representantes do COSEMS, a questão da assistência farmacêutica, e de uma reunião ontem tinha saído uma proposta, discutida no COSEMS pela manhã, considerando algumas questões para se resolver e amenizar os problemas da assistência farmacêutica, entre as questões destacou: regularizar o estoque de medicamentos para hipertensão, diabetes e saúde mental em trinta dias; atender prioritariamente os municípios sob gestão estadual, que recebem o recurso federal no Estado, sendo os menores; e na sequência, esse grupo se reuniria e traria outra proposta para discutir a questão da assistência farmacêutica no Estado, porque esse é um problema do Estado, mas existem os problemas nos municípios, principalmente dos municípios que recebem o recurso na conta, fundo a fundo, e que é mal utilizado, ou seja, os municípios também não estão fazendo a sua parte. Em função disso, grande quantidade de recurso no sistema está sendo abastecido

537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558 559

560

561 562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

573

574 575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597 598

599

600

601

602

para atender cidadãos, mas em alguns casos não estão sendo atendidos. Por isso está sendo amadurecido um plano para que se possa resolver esses problemas da assistência farmacêutica na atenção básica. Assim, passou para Franciane apresentar o plano emergencial a ser executado. A Senhora Franciane Guedes, da Coordenação de Assistência Farmacêutica na Atenção Básica, apresentou o plano de atendimento que começou a ser executado em 2014, dada a situação do abastecimento da farmácia básica. Destacou que o critério de agendamento desde março, quando retornou o atendimento da CEFARBA, foi a priorização dos duzentos e oitenta e cinco municípios sob gestão estadual e todos eles menores que sessenta mil habitantes. Além disso, se tem um olhar especial para municípios que são fundo a fundo e que têm menos que vinte mil habitantes e considera-se que a organização desses municípios no processo de aquisição de medicamentos também é frágil, necessitando desse olhar especial, além de priorizar os GE. Ponderou que desde março, lembrando que foi do dia vinte e quatro para o dia trinta e um, foram cinquenta e cinco municípios agendados. Fez uma ressalva de que, mesmo tendo havido o informe de suspensão do atendimento, foi realizado o atendimento de alguns municípios, por considerar que, embora o estoque existente não abastecesse na totalidade a necessidade dos municípios, os mesmos tinham a liberdade de decidir fazer a retirada, considerando também que, além dos medicamentos da farmácia básica e da saúde mental, tem também o programa de Saúde da Mulher, insulina, vitamina A e tabagismo, que não poderiam ter o acesso restrito. Quanto ao período de abril até a presente data tinham sido agendados cento e dezoito municípios, sendo cento e nove municípios sob gestão estadual. Destacou que dois municípios atendidos em março já tinham solicitado complementação. Informou a todos que é possível realizar o pedido complementar, caso o município avalie que o que ele recebeu não atende às suas necessidades. Mencionou que no período de quatorze a trinta de abril, setenta e sete municípios sob gestão estadual estão agendados e nesse período esbarra-se no feriado, por isso o número de municípios agendados não é maior. Já em maio, considerando de cinco a trinta de maio, até o momento tem noventa e cinco municípios agendados, sendo três municípios sob gestão estadual e noventa e dois municípios 'fundo a fundo', salientando que com isso alcança-se, pois são cento e onze mais noventa e sete, mais os cinqüenta e cinco, são duzentos e vinte e dois municípios agendados que são sob gestão estadual, faltando sessenta e três. Desses sessenta e três, trinta e quatro não fizeram solicitação, e vinte e nove já encaminharam a solicitação, já tendo sido autorizada e já está sendo feito o processo de agendamento. Informou que sobre o elenco que será disponibilizado, a priorização é hipertensão, diabetes e o Programa de saúde mental, além do Programa de saúde da mulher, que contempla os anticoncepcionais, combinados, injetáveis, DIU e também os testes rápidos para gravidez pela Rede Cegonha, suplementação de vitamina A, insulina NPH e regular. Com relação à proposta de atendimento, considerando que faz parte de um grupo de trabalho que se reúne junto com o COSEMS para discutir as ações para melhorar a assistência farmacêutica, agora é um grupo permanente, continuando com a proposta de priorizar os municípios sob gestão estadual, menores que sessenta mil habitantes, só existindo dois municípios acima de sessenta mil que são 'fundo a fundo' e tem um olhar também para aqueles com menos de vinte mil habitantes. Destacou que a proposta é estabelecer um calendário fixo, pois atualmente o agendamento é realizado à medida que o município encaminha a solicitação, é avaliada e feita a marcação da retirada pelo município. Portanto, com a proposta do calendário fixo, seriam estabelecidos os municípios com uma data pré determinada a cada trimestre, sendo que quem viesse no primeiro dia do trimestre, retornaria no primeiro dia do próximo trimestre. Com isso seria possível estabelecer o agendamento por macrorregião, o que ajudaria o gestor no estabelecimento de transporte para a retirada dos medicamentos. Nesse primeiro momento de março foi possível fazer isso em muitos municípios, como a lista mensal estava parada, foi possível avaliar quem estava precisando de agendamento, consolidando, pois o que se queria é que fossem em todas macrorregiões, para ver se eles conseguiam partilhar o transporte, alguns municípios fizeram isso. Logo, com a implantação do calendário fixo ficaria melhor, pois cada um saberia quem está agendado para aquela data, podendo fazer o uso de um único transporte. Continuando com a priorização dos elencos de hipertensão, diabetes e saúde mental, além dos outros fornecidos pelo Ministério da Saúde, já mencionados anteriormente, sendo essa proposta para ser executada. Destacou que quem tivesse dúvida se o município fez ou não, entrasse em contato com a DASF. Informou que os pedidos são feitos através do sistema SIGAF, sendo importante que município entre em contato com o seu farmacêutico, mas que a área também podia esclarecer aos gestores, qualquer dúvida com relação à programação dos medicamentos, pois a área técnica estava à disposição. O Senhor Coordenador mencionou que, como a grande maioria estava presente nas outras reuniões, há alguns meses vem colocando as dificuldades encontradas no empenho, na última reunião foi prometido que hoje seriam trazidos os ajustes, que foi colocado como proposta para o mês de abril a fim de resolverem as demandas com recursos da assistência farmacêutica. Enfim, destacou também que diante de todo o desabastecimento ocorrido durante esse período, com boa parte em função dos recursos do Estado, ponderou que era melhor abrir para a avaliação dos gestores, para depois retornar para a mesa. Todos estando de acordo, ele passou a palavra para a Sra. Kelly Greyce (SMS de Caatiba). A Senhora Kelly colocou que seu município é menor do que vinte mil habitantes e está apresentando dificuldade na compra de medicação que é de responsabilidade do Estado, já tendo realizado a licitação e está com demanda judicial e sem conseguir comprar essa medicação, porque segundo a empresa é necessário retirar a solicitação e começar uma nova, colocando todo o elenco do Estado. Pontuou também que ontem havia recebido um telefonema informando três processos de medicamentos que ela não está conseguindo comprar e questionou à área técnica da assistência farmacêutica o que poderia ser feito para ajudar, afirmando que existem vários municípios na mesma situação. O Senhor Marcelo Andrade lembrou o votado na penúltima CIB, de que a frequência de retiradas da medicação seria em função da disponibilidade da SESAB e não trimestral, pois, por exemplo, hámais ou menos quinze dias atrás tinha recebido uma parte da medicação, mas com falta de cinquenta e três itens importantes como fita, omeprazol e haldol decanoato. Portanto, não podia ficar mais três meses para voltar a retirar e ponderou que o acordo proposto é a normalização nos próximos trinta a quarenta e cinco dias, que se abrisse e se cumprisse a decisão da CIB de sessenta dias atrás, de que tivessem o direito de fazer um novo agendamento para complementar as medicações. inclusive com a cota do que tinham ficado de levantar. Sobre o que tem de déficit de cada município do ano passado para esse ano, não sabia se havia há mais de quatro anos, mas que houvesse a restituição de pelo menos o ano de 2013, porque com a medicação recebida em março não fechava o repasse de 2013. Portanto até agora não tinha recebido nada de 2014, essa entrega de março ainda era insuficiente para totalizar. Mas já tinha agradecido a Lucas e à farmácia básica que tinham dado atenção e pontuou que o caminho é esse, é difícil e existem inúmeras dificuldades, mas depois das discussões já havia uma atitude do Estado pró ativa, muito melhor e agradeceu o empenho da área técnica, representada por Lucas, na reunião do

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624 625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

645

646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

656

657

658

659

660

661

662

663

664

665

666

667

668

669

COSEMS. O Senhor Coordenador questionou se era com relação à restituição de 2014 ou 2013, ao que Senhor Marcelo Andrade respondeu que a última parcela de 2013 que não tinha recebido era a de setembro e gostaria que fosse feita uma equação, considerando o biênio 2013/2014 para não ficarem com esse resto a pagar de 2013 para ser discutido depois. A Senhora Kelly, complementando a fala do Senhor Marcelo, sugeriu que quando fosse mandado para os municípios menores, onde havia meses que tinham recebido duzentos reais, sendo que o carro que pagam para vir buscar fica em torno de oitocentos reais, o município despacha uma medicação e quando chega é inferior ao valor pago com o transporte e, como foi falado da Diabetes, o município possui um índice muito elevado e tem muita dificuldade de comprar fitas de glicemia para seguir o Programa, assim, arrematou que se possível dessem prioridade pelo menos para seguir esses programas, porque para os municípios menores é muito complicado comprar, pois é caro e para o município fica muito custoso. O Senhor Coordenador destacou que a reunião de hoje tem como objetivo principal fazer os ajustes e lembrou que é um problema do Estado e dos municípios. Então, como tinha havido a reunião pela manhã, já estava mais alegre em ver os gestores mais tranquilos, tendo sido fundamentais as reclamações, sendo necessário realizar alguns ajustes, como a Secretária tinha colocado. Portanto, se o volume era pequeno, tinha que ser visto outra forma de realizar o processo das entregas. A Senhora Ana Maria (SMS de Tremedal) solicitou, além do elenco básico mencionado pela Secretária de Caatiba, uma posição sobre a Vitamina A, porque desde o ano passado, ao assumir a gestão, não tem recebido a Vitamina A de 100.000 UI, somente a de 200.000UI. Ainda assim, na última vez tinha recebido apenas três frascos, cada um com cinquenta cápsulas e o município conta com cinco equipes de saúde da família, mais uma equipe de PACS. Então, no momento de distribuir a Vitamina A para cada unidade fica complicado, assim, solicitou um retorno da área sobre a Vitamina A. A Senhora Joseane Motta informou que, em relação ao valor do carro, nas duas últimas reuniões do COSEMS tinha sido discutido que o Estado, juntamente com o Grupo de Trabalho, apresentaria quais os municípios que tinham a restituir e a projeção disso para fazer a restituição. Mencionou que não sabia se seria apresentado ainda hoje, pois tinham ficado de trazer valores do débito com o município e questionou como seria a programação para fazerem a devolução para o município. O Senhor Fabiano (SMS de Dias D'Ávila) reforçou que, com relação à restituição, deveria ser no agendamento seguinte, porque hoje não é possível, quando se faz o agendamento seguinte não acontece a restituição. Comentou que não é de agora esse debate da assistência farmacêutica e quanto ao comentado por Senhor Robério, de que o município não estava fazendo a sua parte, referiu que se os municípios não o estivessem fazendo, a desassistência farmacêutica seria total. Portanto, pontuou que felizmente não é o que está acontecendo, existindo até problema da má alimentação no SIGAF e de fato o que é visualizado não é a realidade, mas a realidade é o analisar dos fatos, o cotidiano do serviço hoje. Se o município não estivesse comprando o medicamento e ofertando para o usuário a situação seria muito mais complicada do ponto de vista clínico dessas pessoas. Ponderou que se fechasse esse livro e se escrevesse nova história, o momento está muito mais para tentar resolver o problema, pois compete isso na responsabilidade sanitária e a confiança vai de novo se restabelecendo e sendo construída. Colocou como um ponto importante que, no momento em que se faz o agendamento, todos são gestores e têm dificuldade com relação à licitação, à entrega do medicamento, armazenamento e outros, sendo importante deixar o saldo lá no agendamento. Pontuou que no processo de agendamento sabe-se que tem o saldo para receber ou incluir, mas que pode acontecer de não ter o item no próximo agendamento, e pode ser dito que não será possível restituir no momento porque continuam sem esse item. Mas não podem dizer que não podem atender porque não é direito do município, arrematou que muito pelo contrário, é direito do município sim, tendo sido pactuado em reunião. Esclareceu para ficar claro e manter essa boa relação, porque se não vão ficar sendo procurados pelo Ministério Público. Explicou a Dr. Washington porque questionava que alguém tivesse dito que não tem direito e, que quando o município vai fazer o agendamento e não recebe todos os itens, no próximo agendamento não pode acrescentar quantidade maior. O que era compreensível quando não tem o item e sabia que a dificuldade que a SESAB tem é a mesma que os municípios enfrentam. Destacou que a outra questão é que o Ministério Público tem cobrado muito dos municípios, pois, conforme colocado por Dr. Rogério na CIB passada, já tinha passado pelas comarcas anteriormente e havia recebido um ofício da Promotora, em janeiro, exigindo todo o relatório de compra de medicamento, inclusive com as Portarias, tendo até uma compra em que ela tinha achado que o valor per capita anual era o valor mensal, dizendo que o município não estava usando todo o recurso para compra do medicamento. Comentou que Dr. Rogério tinha sido mais tranquillo na reunião. mas os promotores que estão mais próximos dos municípios não são tão tranquilos e têm pressionado bastante os municípios. Sr. Raul Molina solicitou que o pessoal da assistência farmacêutica respondesse às perguntas. A Senhora Suzana Ribeiro destacou que se há contrapartida dos três entes federados, tinha que ser discutido a fim de garantir a reposição e na questão do subfinanciamento ela tem dito e repetido não ser privilégio de nenhum ente, especialmente estados e municípios, que estão na ponta. Referiu que o Ministério tem incentivo e eles vêm tentando de alguma maneira alguns debates, mas quando se trata do componente especializado tem dificuldades, pois, o Ministério também atrasa o repasse. Informou que o Secretário tinha acabado de assinar uma intimação para fornecimento de medicamentos de pneumologia que não estão na lista. Destacou que quando aparece um medicamento novo que não está no rol é muito mais difícil. Então, sabia que a Promotoria Pública sempre se prende ao que está na RENAME e ao que é pactuado, mencionando que quando era gestora municipal tinha que pactuar e levar o rol do pactuado em CIB para a Promotoria Pública, para prestar conta do que tinha adquirido e do que vinha do Estado. Destacou que sabendo também que tem o Medicamento em Casa, que o Estado fornece hormônios, medicamentos para hipertensão e diabetes e que tinha ocorrido um problema na adesão dos municípios ao Programa Medicamento em Casa, pois, cerca de duzentos municípios que tinham feito a adesão ao Medicamento em Casa, estavam com dificuldades em executar a proposta. Destacou que antes, o Medicamento em Casa era mais rápido e mais eficiente na liberação, por conta da quantidade de municípios, e lembrou que a negociação do Medicamento em Casa em 2007 tinha sido por conta do vazio deixado em 2006 no repasse do estado, ficando pactuado nesta CIB que aqueles recursos que tinham ficado para trás, olhando-se para frente, seria pactuado e o Estado devolveria, através do Medicamento em Casa, com os medicamentos para hipertensão, diabetes e os hormônios para contracepção. Lembrou que isso tinha sido recomposto, sendo, portanto, um retroativo de uma gestão anterior, tratado hoje, nesse mesmo espaço de gestão. Um retroativo que na verdade não é um retroativo, mas o que não tinha sido garantido, dispensado para os municípios nos trimestres anteriores. Sendo o que Fabiano trazia no momento, portanto, ninguém tinha dúvidas de que isso é um direito e ninguém tinha dúvidas da necessidade de fazer, porém é uma questão que envolve dois pontos: primeiro, na linha do que é devido e não foi reposto, lembrou que a partir de 2011, na nova gestão do

671

672

673

674

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

715

716

717

718

719

720 721 722

723

724

725

726 727 728

729

730

731

732

733

734

735

736

Ministério da Saúde, 2011, 2012 e 2013, tinha sido aprovado em CIB e em CIT a utilização dagueles recursos da contrapartida federal que tinham ficado de saldo na conta dos municípios e do Estado, que não era debitado, ela ressaltou que lembrava bem de algumas falas à época de que medicamento não ofertado é medicamento não consumido, portanto ninguém usaria o dinheiro para gastar em algo que já tinha passado. Por isso tinha sido pactuado que se utilizasse o saldo da diferença e se garantisse aos municípios pagarem seus prestadores em débito e lembrava que é o pagamento era de recurso do MAC, pois se sabia da dificuldade que todos passavam. Mas tomavam decisões, inclusive com o que tinha ficado para traz, o que tinham ficado devendo quando tinha sido conveniente para todos, inclusive para o Estado, tendo sido autorizado naquela mesma CIB que o recurso de contrapartida federal que tivesse ficado de saldo, o COSEMS e a SESAB poderiam utilizar para aquisição de medicamentos oncológicos de alto custo. Seria garantido para todos os municípios pegá-los, não tendo sido nem para garantir estoque de medicamento, por conta do não consumido, pois não dava mais para resgatar um paciente que já tinha feito um pico hipertensivo ou um coma hiperglicêmico pela falta de medicamento, já tendo ido para unidade médica hospitalar, para a emergência médica ocupar leito, isso já tinha passado. Mas tinha que ser garantido para frente, garantirem a regularização para os usuários. Logo foi garantido para os municípios, partindo dessa premissa discutida em CIB e em CIT, da mesma forma no CONASS, CONASEMS e Ministério, decidido que se autorizaria utilizar o saldo para pagar as contas porque os municípios estavam estrangulados e precisam de recurso para pagar os seus prestadores. Pontuou que tendo necessidade real de garantir essa oferta, propunha-se a regularização até dez de maio, conforme discussão na comissão. Quanto as medicações de hipertensão, diabetes e saúde mental, era necessário garantir essa regularização, mas também era necessário puxar as necessidades e por vários motivos voltar a discutir o elenco e pensar em reduzi-lo, pois um elenco de cento e trinta e cinco itens abre um leque de oportunidades para aquisição, comprometendo os gestores, dando um bom respaldo político. Mas isso também, em contrapartida, considerando o levantado por Fabiano, para a Promotoria Pública também abre um flanco por que não se consegue priorizar o que se precisa, pois se tem o elenco e pode ser provocado por qualquer item daquele e na verdade a Promotoria entende que tem uma RENAME, mas sabe que tem a relação estadual de medicamento e a municipal, e são pactuadas uma dentro da outra. Quando se pactua em CIB uma relação mais enxuta numa situação crítica como a vivenciada no financiamento, que agrava a todos, por mais que hoje pareça ser mais confortável o repasse da assistência farmacêutica desde 2010, a partir de 2009 já tinha começado a mudança, mas sabe-se que hoje a situação de financiamento do todo, desde a assistência farmacêutica para o MAC, traz conseqüências para todos e era importante se concentrar no que é prioridade, não podendo faltar para o município, em hipótese alguma, não apenas hipertensão, diabetes e saúde mental, mas outros itens. Assim ressalta que essa relação precisava ser revista sob essa ótica, para que se pudesse avançar e se respaldar, não no sentido de reduzir a responsabilidade, para não ser penalizado pelo Ministério Público, mas que se pudesse garantir com eficiência o que se precisava garantir fundamentalmente, pactuando com os municípios, sabendo o que é mais necessário para eles. Solicitou ao pessoal da assistência farmacêutica para analisar o que estava acontecendo, pois havia alguns medicamentos de custo menor sendo adquiridos e muitas vezes não sendo o que o município precisava, mas estavam na relação, e alguns que estavam precisando, mas que não eram prioritários para todos. Portanto, precisavam fazer a revisão da relação pactuada em CIB e, não tendo o menor constrangimento em falar, deviam reduzir mesmo o elenco. Informou a Joseane que não estava falando da restituição de teto, quando tinha sido pactuado em CIB o de 2011, para utilizar o recurso de 2012. O de 2010 já tinha passado. A Senhora Joseane Motta ponderou que se fizesse essa avaliação do tempo para traz do que estavam para receber, porque a avaliação só tinha constado 2013, não incluindo 2010 e 2011. Senhor Molina recomendou que se retornasse um pouco, pois tinham feito uma pauta, pactuado e delegado a uma comissão bipartite para representar junto à assistência farmacêutica, e hoje colocavam dois caminhos, um, de retornar a retomada e o depósito de confiança, e outro caminho, de encontrar uma solução para repassar para os municípios. Destacou que tinha sido pontuado muito bem por Suzana que em 2007 tinha sido resolvido com o Medicamento em Casa, em 2010 tinha havido um novo acúmulo, tendo sido resolvido entrar com a parte de oncologia, e em 2013 a solicitação foi porque a situação tinha ficado tão crítica que foi preciso que se tomasse conhecimento. Destacou que hoje se sabia oficialmente que o levantamento está aí, o Estado devendo em torno de sessenta milhões de reais e os municípios com uma dívida de cerca de duzentos milhões. Falou de um arranjo feito lá atrás, quando ocorreu o problema de Salvador, que tinha trinta e três milhões de reais sem utilizar, e Salvador tinha sido o primeiro a utilizar o saldo. Foi colocada a necessidade de ir para o CONASEMS e o que está sendo estabelecido agora é outra coisa, que não tira a responsabilidade de ninguém. Ressaltou que em momento algum, quando Suzana estava no COSEMS ou ao assumir posteriormente o Estado, tinha sido pautado para o elenco ter tantos elementos, tendo sido o Estado a trazer esse quantitativo, saindo de trinta para sessenta e oito, depois para oitenta e sete, para cento e trinta nos dias atuais. Ponderou que no momento em que se reconhece que não há o que se fazer nesse movimento, não era preciso ficar construindo mais coisas para se afogar lá na frente, isso era uma coisa de decisão bipartite. E o que estava sendo proposto era que a Comissão, de forma contínua, conversando e fazendo diálogo, encontrasse uma solução, pois na última CIB o Procurador havia questionado porque não estava sendo atendido o que tinha sido pactuado, sendo necessário dizer que se tratava de um espaço de negociações, de depósito de confiança, pois, se sabia das várias dificuldades existentes e talvez eles não soubessem o que significava não ter fita de glicemia e que tem um grande problema na licitação, pois existem duas empresas internacionais que brigam e os gestores ficam reféns e poucas pessoas compreendem isso. Arrematou dizendo que se todos concordassem, gostaria de delegar à Comissão que está trabalhando em cima disso, que fizesse esse acompanhamento, realizando um monitoramento dos acordos que estão sendo realizados e na próxima CIB já poderia ter uma apresentação da redução do elenco, dentro do que fosse possível. Quanto à dívida, tinha que ser visto como seria feito, ou se tivesse outro encaminhamento, trazer para ser discutido em CIB. O Senhor Coordenador ressaltou que tinham que regularizar o estoque para os municípios terem condição de dar conta de uma demanda que vem sendo reprimida. O Estado concordava que o Grupo Bipartite sentasse e fizesse uma proposta de redução, mas que não se prejudicasse a distribuição ou a dispensação na assistência. Finalizou dizendo que era necessário colocar que uma gestão vai e volta, tendo sido ampliada uma lista no momento propício, adequado, na saída dos grandes investimentos, saindo de um recurso do Estado, de mais de quarenta milhões de reais de investimentos em medicamentos, chegando a mais cento e vinte milhões de reais no ano investidos em medicamentos dos diversos segmentos, de média, alta e baixa complexidade. Mas estava se falando de um processo que é vivo, que é a gestão em saúde, tendo recurso para uma coisa agora, depois não tem, tendo que retirar de outro componente e

738 739

740

741

742

743

744

745

746

747

748

749

750

751

752

753

754

755

756

757

758

759

760

761

762 763

764

765

766

767

768

769

770

771

772

773

774

775

776

777

778

779

780

781

782

783

784

785

786

787

788

789

790

791

792

793

794

795

796

797

798

799

800

801

802

803

era isso o que tinha que ser feito. A realidade é que não existe dinheiro para tanta coisa que é construída, pois a demanda é grande. Não é somente o Estado, os municípios também constroem muito, neste momento muito complicado onde o próprio Ministério, que nunca tinha atrasado tanto recurso como agora, com o recurso FAEC desde outubro sem pagar. Assim, com a crise acontecendo se fazia necessário reinventar a gestão, portanto estava na mão da comissão trazer esses ajustes para esta CIB e o combinado agora de acelerar o passo e ser mais focado, primeiro tentar seguir uma lógica raciona para atendimento dos municípios pequenos, principalmente, e se pudesse antecipar três meses, devia ser antecipado. Como o colocado na dispensação da Vitamina A, tinham que avaliar e reconstruir, não se devendo ficar na letra fria apenas, o que fosse estabelecido. Informou que já tinha conversado com a área técnica da assistência farmacêutica e que seria reprogramado de maneira a não prejudicar os municípios, realizando um esforço na busca de mais recursos para os municípios terem a possibilidade de fazer o processo que fosse melhor e entregar a major quantidade e o majo rápido possível para cada município, e a principal demanda para fazer os ajustes é com relação às fitas de glicemia, devendo-se trabalhar bastante para regularizar essa situação. Disse que, quanto ao que tinha ficado para trás, seria apresentado um plano na próxima reunião, após a conversa com os gestores para ser pactuado e se ver como trabalhar com o que passou. No entanto, o esforço estava sendo feito para serem dispensados recursos na quantidade suficiente e realocados na fonte 283 e se tivesse a fonte estadual para ser resolvido. A Senhora Suzana sugeriu aos representantes do COSEMS e da SESAB levantarem a alimentação do SIGAF, considerando de extrema importância realizar um estudo para ver como anda esse processo, pois no sistema é onde a contrapartida fica registrada, porque está havendo problemas nos registros. Disse que isso tinha que ser revisto, porque o município tem que depositar a sua contrapartida e comprovar que depositou e da mesma forma acontece com o Estado. Ressaltou a necessidade de fazerem esse estudo porque tem situações diversas, como a de municípios com 'fundo a fundo' e que tinham feito a pactuação do saldo, tendo sido identificada a existência de municípios que estavam utilizando o saldo sem garantir a oferta na ponta, esse sendo um dos casos diferenciados. E comentou que a comissão tinha tido a responsabilidade de mandar voltar e discutir de novo, pois estava faltando medicamento na rede básica, com várias reclamações da população e o município tinha saldo na conta, e eles estavam propondo utilizar esse saldo para pagar prestador. Portanto, para não ser injusto com ninguém, fazerem o estudo, assumindo a responsabilidade de fazer essa discussão, verificar como está o sistema, como está a alimentação do sistema e o que de fato está sendo executado. Comentou também que às vezes as empresas que vencem a licitação ficam dez meses sem receber, precisando ser encaminhado isso de alguma maneira, para minimizar essas dificuldades conjuntas. A mesma coisa no Estado, ver a maneira melhor para atender aos municípios quanto ao retroativo de 2013, de que forma seria feito, levando em conta a demanda ou a necessidade do município. O Senhor Robério disse que tinha anotado os questionamentos, mas se não desse para responder a todos, os farmacêuticos dos municípios têm o contato da equipe técnica para orientar melhor. Esclareceu que não quis dizer que os municípios não fazem a sua parte, mas que todos têm problemas, e se forem olhar o saldo acumulado, um número de municípios tem uma dívida de duzentos e dez milhões de reais e o Estado de cinqüenta milhões. Portanto, a maior parte dos municípios não tem executado e essa informação é acessível, principalmente no que diz respeito ao fundo a fundo, pois é contraditório, esperava-se que os municípios maiores fossem mais organizados e tivessem a maior capacidade para gerenciar os recursos. Por isso era importante discutir uma solução, pois a população precisa ter acesso aos medicamentos, sendo necessária essa organização conjunta, uma tarefa do Estado e do município para resolver essa situação. Propunha em curto prazo resolver os estoques de saúde mental, hipertensão e diabetes, que é a maior demanda, e em trinta dias se poder amenizar essa situação. Assim, a partir desse grupo de trabalho seria estabelecida uma proposta de trabalho para discutir até mesmo uma forma de pactuar o saldo, tinha que ser feito algo conjunto para atender a todos. Acrescentou que, com relação às ações judiciais, a Superintendência de Assistência Farmacêutica tem uma área com experiência nisso e tem colocado o Ministério como participação induzindo a isso, feito protocolos, podendo ser discutida a necessidade específica de cada município. Quanto ao custo, seriam agendados todos os municípios de uma DIRES, de uma microrregião e propunha que os municípios fretassem um veículo e juntos com um único veículo pegarem o medicamento, como alternativas para diminuir o custo para os municípios. Sobre a frequência do atendimento propunha que fosse trimestral e a partir do momento que regularizasse o atendimento de quem já tinha feito o pedido, podia-se fazer agendamento complementar para retirar os medicamentos. Salientou que apesar de muitas dificuldades, existia o empenho para melhorar, como colocado por Dra. Suzana, o Medicamento em Casa, ajudando muito os municípios, a Farmácia da Bahia, que está sendo estruturada, com trinta e seis municípios com as farmácias praticamente inauguradas, e em breve entrando mais catorze. Portanto disse ser possível melhorar e qualificar a assistência farmacêutica, pois não é só a questão dos números, pois eles não traduzem a qualidade, o importante era que conjuntamente consigam apontar soluções para todos esses problemas, tanto dos municípios quanto do Estado. Senhora Franciane informou que, em relação ao pedido complementar, sempre é possível, chama-se de pedido complementar aquele que ocorre no trimestre. Recebendo o trimestre e não sendo o suficiente, ele pode fazer e sempre pôde, e nesse período em que há esse agendamento podia ser que fosse necessário esperar um pouco mais, pois está sendo priorizado aquele que não levou nada ainda, mas é possível fazer o pedido complementar. Com relação ao saldo, disse que está sendo tratada uma questão diferenciada com a crise, mas é possível solicitar o saldo e para isso o farmacêutico é orientado a pegar a contrapartida do período e, se ele tiver um saldo, pode solicitar, só não sendo agendadas livremente duas contrapartidas em um mesmo trimestre, até pela questão logística, e isso é um procedimento padrão. Reforçou que, com relação à Vitamina A, é um programa do Ministério da Saúde, da área de alimentação e nutrição, e a área técnica do Estado recebe uma planilha da área de alimentação e nutrição definindo quantas doses vão para cada município, das cápsulas de cem mil unidades internacionais e de duzentas mil unidades internacionais. Entretanto, quando se questiona à área de alimentação e nutricão porque o valor tão baixo, ou de que os municípios têm reclamado que o quantitativo é inferior ao que ele necessita, a resposta é que o município não alimenta o sistema com as doses. Portanto, destaca que tem alguns municípios que a nutricionista, muito engajada, manda um e-mail para a DASF, e encaminha para área técnica do Ministério, informando que só foram lançados 'X' doses. Solicitou aos gestores que verificassem a alimentação desse sistema, pois o recurso é do Ministério. Infelizmente a Vitamina A vem numa apresentação de frasco com cinqüenta cápsulas, o que é também um limitante para ser distribuído, portanto a orientação é que o município realizasse o fracionamento das doses para pulverizar ao PSF, as unidades de atendimento, mas infelizmente a apresentação do Ministério não vem em cartelas, pois seria mais higiênico e muito mais

805

806

807

808

809

810

811

812

813

814

815

816

817

818

819

820

821

822 823

824

825 826

827

828

829

830

831

832

833

834

835

836

837

838

839

840

841

842

843

844

845

846

847

848

849 850

851

852

853

854

855

856

857

858

859

860

861

862

863

864

865 866

867

868

869

870

fácil fazer a distribuição. Mas que todos ficassem cientes de que o quantitativo que recebem é definido pela área de alimentação e nutrição. Assim, para qualquer solicitação de ampliação podia ser encaminhado para DASF, que encaminharia para o Ministério e se a área avaliasse e julgasse procedente, o fornecimento seria realizado. Destacou serem esses os encaminhamentos sobre o pedido complementar, que podia ser realizado, porém seria priorizado quem é GE e os menores. A Senhora Stela Souza comentou que já viveu a situação de pegar um vidro de Vitamina A com cinquenta cápsulas e sair de unidade em unidade dando às crianças e na verdade não estava dando Vitamina e sim doença para essas crianças. Ponderou que acha que não é porque o Ministério estabelece que seja dessa forma que será acatado, cabendo à comissão emitir uma nota técnica para ser levada ao Ministério e aos fóruns uma proposta de mudar isso para cartela, pois é realmente antihigiênico e podendo até fazer adoecer as crianças. Portanto, sugeria que a própria comissão fizesse uma nota técnica, para sinalizar, e como sempre, a Bahia sinalizava. O Senhor Coordenador agradeceu à área técnica da assistência farmacêutica e passou para os dois itens de pactuação, começando pelas pactuações do Estado, pois como combinado o rodízio entre o COSMES e o Estado, nesta CIB o Estado seria o primeiro. Convidou o Senhor Eraldo para discorrer sobre a Aprovação do Programa de Doadores de Medula Óssea para o REDOME. O Senhor Eraldo informou que há uma parceria entre a Coordenação de Transplante e o Hemoba e a apresentação tinha sido solicitada pelo Ministério da Saúde, para pactuar o número de doadores de medula óssea por estado. Colocou que o Brasil é o terceiro banco de doadores de medula óssea do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da Alemanha, e que existe uma situação com a tipagem de HLA para doadores de medula óssea, pois ocorre em todo o programa de transplante. Esclareceu que a partir de 2011 tinha começado a modificar essa situação e o Ministério da Saúde tinha começado a estabelecer o número de doadores por estado. A primeira Portaria, a n. 844/2012, tinha estabelecido para a Bahia cinco mil doadores e eles tinham solicitado a correção e foi corrigida essa portaria, deixando a Bahia com vinte e mil doadores, uma das solicitações feitas foi que se mantivesse esse número de doadores e há também outra portaria que está solicitando que se passe, passou na CIB e COSEMS, a aprovação para que o gestor do Estado que encaminha ao Ministério da Saúde com a solicitação do número de doadores para o Estado da Bahia, e a pactuação com os laboratórios que se tem que são dois laboratórios que fazem exames de HLA, este exame serve para fazer identificação genética entre as pessoas doadoras voluntárias e os pacientes que estão na fila. Informou que o transplante de medula é realizado com compatilibilidade genética, como o transplante renal, então, precisa destes laboratórios, sendo um na Universidade Federal e outro no Grupo de Apoio à Crianca com Câncer, que atendem não só a tipagem para doadores de medula óssea, como também tipagem para doadores de órgãos intervivos e para rim. Colocou que a representação da Bahia no REDOME é bem acanhada, ao longo dos anos, destacou que para se ter uma idéia, o Piauí tem mais doadores voluntários de medula óssea do que a Bahia. Mostrou que a Bahia hoje conta com 62.680 doadores, sendo a quarta população do País, e o número de doadores que se tem hoje cadastrado no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea - REDOME é 3.319,13 (três milhões e trezentos e dezenove mil e treze) doadores voluntários de medula óssea. Pontuou que hoje tem no Estado da Bahia, esperando por um doador compatível, cinquenta pacientes no REREME que é o Registro de Receptores de Medula Óssea. O Senhor Coordenador solicitou esclarecimento quanto a posição que o Estado ocupa com sessenta e dois mil doadores e tendo três milhões de medula óssea. Dr. Heraldo Moura esclarece que por um milhão de habitantes é o estado que tem menor número de doadores em medula óssea, isso porque ao longo do tempo não se mobilizou a sociedade e a Bahia tem uma característica, que a Bahia tem uma etnia, diferente das grandes maiorias dos outros Estados, pois, ela tem uma raiz africana bastante forte e é por isso que hoje se está trabalhando para que nas próximas campanhas e movimento de medula óssea, se busque redimir isso, buscando etnias diferentes, os quilombolas, os indígenas, refere que está sendo consultada a FUNAI, para encontrar estes doadores e se ter esse material genético diferenciado. Lembrou que no ano passado no mês de setembro, com a ajuda de Dr. José Raimundo se conseguiu ampliar bastante o número de doadores de medula óssea, tendo uma média de quatrocentos a quinhentos doadores, sendo quase mil doadores por mês. Ressaltou que há uma meta de doze mil doadores por mês e os municipios são extremanente importantes para que se possa fazer a mobilização junto as UCT e quando não tiver UCT mobilizar as cidades, para pegar material genético em todas as regiões do Estado. Destacou então, que fizeram esse plano de trabalho e hoje tem como meta ter 2.000 doadores por mês e consequentemente aumentar esse público de doadores da Bahia para atender a meta. Colocou que o interessante é que os bancos hoje de medula óssea do mundo se comunicam, e referiu que teve dois baianos que tiveram medula que foram para os Estados Unidos por que tinham receptor de lá compatível, como tem de lá para outros Estados e os países têm interação e isso tem um custo elevado, pois, quando passa para outro Estado, cada medula custa de U\$ 200 a 300 mil dólaras para transportar, então quando se transporta também se recebe esse recurso. Referiu que outra notícia importante também é que estão trabalhando para implantação do banco de cordão no Hospital das Clínicas que já estácom todo financiamento, esperando as liberações para ser construído, que se espera que seja no prazo de um ano e seis meses, e que tenha um banco de cordão para o Estado. 04.19.6 . Dra. Stela Souza agradeceu a Dr.Heraldo Moura e questionou se tem recurso para esse transporte, se há um financiamento para isso ou é necessário um investimento do Estado para que isso aconteça porque pelo que disse tudo isso demanda recurso, tanto para transportar dentro do próprio país, quanto para fora do país. Dr. Heraldo Moura pontuou que todo esse processo de doação de medula óssea, todos ele é financiado pelo Ministério da Saúde, nem o Estado, nem município participa, tem recurso, só que quiserem aumentar. Dra. Stela Souza ressaltou que uma vida não tem preço e só pontuou para facilitar o processo de entendimento para facilitar o processo devido as dificuldades que todos estão passando, inclusive o Ministério. O Senhor Coordenador abriu para discussão, não havendo questionamento foi Aprovado o pleito. Solicitou inversão de pauta para COSEMS. Dr. Raul Molina registrou a presença de Dr. Silvio, Secretário de Administração de Itacaré. Ressaltou que está fazendo um esforço para mudança da data da reunião da CIB para o dia trinta, porque a princípio tinha colocado a data do dia oito, e espera que o Estado concorde com essa nova data. Solicitou a presença de um representante do HEMOBA porque houve um problema apresentado pelo Secretário de Ibotirama. Dr. Fábio complementou a todos e em especial Dr. Washington Couto, como já é de conhecimento a situação do UNISANGUE de Barreiras, que é responsável por todo processo de hemodiálise do oeste da Bahia e por parte da distribuição de sangue de 90% dos casos, pontuou que Dr. Henrique, responsável pelo serviçontão, destacou que querem uma posição do Estado, destacando que querem primeiro saber como estão às negociações e se o Estado tem um plano b caso esta empresa deixe de prestar o serviço porque a realidade hoje no oeste da Bahia é que estão perdendo vidas por falta de sangue. Citou que em Ibotirama na semana passada morreu um

872

873

874

875 876

877

878

879

880

881

882

883

884

885

886

887

888

889

890

891

892

893

894

895

896 897

898

899

900

901

902

903

904

905

906

907

908

909

910

911

912 913

914

915

916

917

918

919

920

921 922

923

924

925

926

927 928

929

930

931

932 933

934

935

936

937

paciente por falta de sangue e em alguns municípios estão sendo adiadas as cirurgias eletivas por falta de sangue como Bom Jesus da Lapa, Ibotirama, Santa Maria da Vitória e Barra. Então, esclareceu que esse problema passou a acontecer no momento em que iniciou as negociações entre a empresa e o Estado. Ressaltou não querer entrar no mérito da negociação apenas solicitou uma posição do Estado com relação à situação, primeiro a falta de sangue que existe no Oeste da Bahia, e segundo, o plano que o Estado pode oferecer a região caso a empresa deixe de realizar o serviço. O Senhor Coordenador justificou o atraso referindo que estava em Barreiras em reunião com Henrique. Deixou bastante claro apesar da ausência de Alcina nesta CIB, mas referiu que ele, Dr. José Raimundo, Dra. Alcina e Icaro da Vigilância tiveram nesta última semana umas três reuniões falando sobre isso. Então, informou os fatos, esclareceu que a empresa está com toda essa dificuldade, a empresa começou a coletar sangue não cumprindo a norma que diz que a coleta só pode ser feita nas suas instalações, não existe coleta de sangue itinerante para setor privado, apenas para gestor público, o único que tem autorização para fazer coletas em outras áreas, coletas itinerantes é o setor público e o setor privado não pode fazer, mas acontece que esse prestador desobedeceu a lei por duas vezes, multado na primeira vez e multa reincidente e multado pela terceira vez no mesmo fato. Então, chamaram o prestador por várias vezes e foi colocado para ele. Ressaltou que hoje pela manhã foi repassado para o responsável pelo serviço, que o serviço não pode fazer esse tipo de coleta, pois ele tem outro entendimento, porém não converge com o entendimento do Estado, então, foi pontuado para o mesmo buscar esclarecimento junto a algum órgão da Justica. Salientou que acontece que também é dito no oeste Baiano que muitas das bolsas coletadas eram descartadas, ressaltando que o registro é muito grave e a vigilância colocou isso como infração gravíssima, coletar sangue de um doador e não acondicionar, utilizar, e simplesmente descartar, então a SESAB não concorda com isso e o multou novamente. Explicou que a questão que ocorre no Oeste é que a SESAB não está concordando com a política da UNISANGUE, que é o prestador e estão tomando as providências, inclusive referiu que Dr. José Raimundo vai informar quais são as providências do plano B e plano C para essa situação, e referiu já antecipando que será ampliar o número de unidades de coleta também da região. Destacou também como perceberam que na conversa que tiveram com o prestador não se solucionaria, então, colocaram para o mesmo os planos do Estado, no intuito de já sinalizar que o Estado não deixará que a situação chegue ao caos, com o discurso do mesmo de que se o estado não resolver o seu lado, não terá sangue, e reafirmou que não vai deixar acontecer o caos porque as providências vão ser tomadas, mas gostaria de deixar bastante claro que o problema lá é realmente uma falta de capacidade de entendimento do prestador responsável pela política de sangue naquela região e lembrou também que toda política desenvolvida pela fundação HEMOBA está sendo feita, entretanto, ressaltou que o tamanho do HEMOBA no oeste não é compatível ainda. Lembrou a todos que estão construindo o Hemocentro em Barreiras e todos os Gestores sabem que o Hemocentro ficou paralisado por um bom tempo, devido às questões de processos licitatórios, por conta de recurso de empresas envolvidas, e hoje o hemocentro está retomando o processo de construção e a empresa vencedora foi a Volks que vai tomar conta do processo e enquanto isso, eles vão acionar quem de direito para que não se tenha desassistência ou desabastecimento com relação ao sangue e seus derivados. O senhor Coordenador passou a palavra para Dr. José Raimundo. Dr. José Raimundo, Diretor do HEMOBA, colocou para que fique claro para todos que hoje se coleta menos do que se precisa, isso é uma coisa, já existe um deabastecimento com relação ao sangue, por ser uma coisa muito delicada, não pode fazer, porque não se compra na farmácia e não estoca definitivamente, trata-se de uma luta diária conseguir novos doadores e em alguns lugares os doadores se esgotam, e infelizmente a maior parte deles é de reposição que significa isso, são pessoas, familiares de pessoas que estão no hospital, o ideal que tenha doador voluntário, porque isso é importante, porque o doador voluntário não tem interesse, de toda aquela triagem, todas as perguntas se responde com espírito altruístico, se oferecer uma passagem de ônibus e isso e aquilo como a lei que está ai, as pessoas mentem e quando as pessoas mentem o produto sangue que vai injetar na veia de alguém ou em nós quando precisar esse sangue tem um fator de risco importante porque primeiro não se conhecem todas as doenças ainda porque é ilusão pensar que se conhece todas doenças do mundo; segundo existem doenças que existem uma janela imunológica, hoje em dia se reduziu a janela para HIV de 20 e poucos dias para dez dias, mas uma pessoa que fez um relacionamento de risco nos nove dias, às vezes, ela não diz e por mais que nossos exames sejam bem feitos vai está correndo esse risco. Ressaltou que a melhor transfusão de sangue que se faz é que não se usa e não precisa então, todos sabem que tem de fazer um esforco bastante forte para que as unidades de saúde os cirurgiões utilizem sangue de uma forma muito criteriosa, primeiro por que por menor risco que exista, existe risco, além do mais que não se tem muito, e o que não tem muito vai ser usado com cuidado, então, pontuou que coletaram no ano passado noventa e um mil bolsas e tem uma proposta de aumentar para centro e trinta mil bolsas durante o ano. Informou que encaminhou uma carta para todos os Prefeitos dos municípios da Bahia, todas as UCT solicitando ajuda neste processo, pois, assim é interesse de todos é impressionante como essa questão do sangue tem a ver com espírito de solidariedade e com a responsabilidade social, o caso é semelhante ao de Eraldo, é uma questão da solidariedade, eu dou uma parte de mim para alguém, pediu desculpas por está se estendendo, outro dia teve uma propaganda de um sujeito que queria enterrar uma Ferrari ai todo mundo perguntando como é que você vai enterrar uma Ferrari, ele respondeu vocês enterram um coração, um fígado que é bem mais valioso porque não posso enterrar a Ferrari. Mencionou que é a mesma coisa e disse que sangue é uma coisa que se doa e se repõe rápido, quanto à medula também, não tem problema nenhum, mas precisa melhorar muito essa conscientização, registrou que feito o preâmbulo, registrando ser essa sua nova paixão esse negocio de sangue. Pontuou que todos estão em uma situação difícil, o recurso é pouco, o Estado, o município e o Ministério, estão todos no mesmo barco não tem ninguém melhor que ninguém não, se está fazendo um esforco sobre humano. O sangue tem uma dificuldade maior, às vezes o doador sobe a ladeira do HEMOBA a pé, chegando lá espera duas horas, em um lugar quente com um sistema de climatização horrível para doar sem interesse nenhum, isso mexe com todos os que trabalham lá. Pontuou com relação a Barreiras que a Vigilância Sanitária tem colocado para o HEMOBA a situação de dificuldade e risco que está havendo com o sangue então, reuniram com o Prestador para que pudesse solucionar, vê as alternativas poderia ser utilizadas, mas se está vendo que com o Prestador não vai dá certo, então, conversaram com a coordenadora do Sangue para vê se pode ajudar com algum HEMOCENTRO dos Estados de Pernambuco e Recife até que se possa viabilizar alguma coisa. Informou que estão fazendo um estudo para saber qual o melhor lugar para se ter a equipe do HEMOBA, outras unidades de coleta, talvez Ibotirama seja uma desta, Bom Jesus da Lapa talvez seja uma unidade importante, mas dentro da situação de recursos que se encontram hoje será preciso conversar com o Prefeito de Bom Jesus da Lapa que já se prontificou a fazer

939

940

941

942

943

944

945

946

947

948

949

950

951

952

953

954

955

956

957

958

959

960

961

962

963

964

965

966

967

968

969

970 971

972

973

974

975

976

977

978

979

980

981

982

983

984

985

986

987

988

989

990

991

992

993

994

995

996

997

998

999

1000

1001

1002

1003

1004

esse trabalho. Pontuou a presenca do Sr. Eujácio Dantas, de Teixeira de Freitas, e referiu que tem uma relação com o HEMOBA bastante interessante, pois, tem um acordo em um determinado tempo e o pessoal pagava o aluguel, o estado cede alguns funcionários e se faz uma parceria bastante importante e tem dado certo. Colocou que está querendo fazer em alguns lugares esse tipo de parceria, o HEMOBA dá todo tipo de suprimento e material e vê com o Prefeito o que pode ser feito e com a Secretaria o que pode fazer para que juntos possam solucionar essa situação, e também em Valença tem uma situação que estão pedindo, embora Valença não tenha problemas maiores porque tem a unidade de Santo Antonio de Jesus a 102 km, mas precisa de atividade maior, precisa coletar mais bolsas de sangue. Então, para aquela região do oeste, o HEMOBA está fazendo essa intervenção, precisam colher mais sangue para poder suprir a região, como todos sabem também, e vão fazer esses dois movimentos, se a UNISANGUE não se adequar ao processo, estarão colhendo sangue, abrir uma Unidade de Coleta de Sangue, talvez em Ibotirama ou em Bom Jesus da Lapa, para aumentar a coleta; salientou com isso estarão estimulando as unidades perto de Salvador para aumentar o estoque para que se possa está enviando e suprindo essa necessidade. Ressaltou que existe uma coisa mais grave de toda essa situação na UNISANGUE, é justamente essa coisa gritante que tem de parar, essa sangria, ou seja, se colhe o sangue e joga fora, isso é uma coisa séria, o sangue é uma coisa muito cara, bolsa de sangue é cara, cara não pelo valor financeiro, mas porque é vida e não tem preço, no youtoube tem alguns vídeos muito interessantes e lá tem aulas interessantíssimas sobre o que é isso para poder se apropriar. Solicitou para o Sr. Fábio do município de Ibotirama para reunir com eles e de imediato refere que está pedindo bolsa emprestada de outro lugar e estão fazendo um esforço de coletar mais e amanhã tem algumas parcerias importantes com um grupo da igreja adventista, o HEMOBA não estava fazendo nada sozinho, estão fazendo uma parceria com a sociedade para ampliar. E agora em maio, vem a Johnson e Johnson, vão deixar uma Unidade Móvel no Iguatemi para coleta sangue, com o intuito da Copa do Mundo. A Copa do Mundo é um evento muito importante que estão fazendo com muito cuidado embora tenham eventos maiores como carnaval, mas a copa do mundo tem uma situação muito peculiar que todos estão sujeitos de ter situações de ataques terreroristas, violência, não se sabe o que pode acontecer e todos tem que se preparar e já estão há algum tempo para enfrentar esse processo da Copa do Mundo, então, o HEMOBA está participando dos encontros nacionais para poder se articular um estoque estratégico porque não se quer que aconteça nada, mas se acontecer querem estar bem mantidos para ajudar as pessoas que precisarem. Solicitou a todos que saiam e resolvam essa coisa e ajudem com essa questão de doação de sangue que é importante, ressaltou que precisa da ajuda de todos, dinheiro está faltando mais a solidariedade tem que vir primeiro, então, reforçou pedindo que divulguem isso, mencionou que o HEMOBA tem um site www.hemoba.ba.gov.br, sugeriu que coloquem as suas idéias e divulguem essas questões da doação porque é muito importante e quando começa a fazer falta se vê o quanto é importante o sangue. O problema da saúde referiu que é o seguinte, é importante toda essa cadeia, colocou que a linha de cuidado é a mesma coisa de uma corrente, o problema de uma corrente é a resistência que tem, se o ponto frágil consegue, o problema vai está aí, se é o médico, está aí, se é o medicamento está aí e tem que se fazer tudo, bem em todas as partes, esse é o grande desafio da saúde, destacou que muitas vezes faz tudo, faz o hospital inteiro e esquece uma agência transfusional, isso é comum. E quando se precisa aí vão ter que buscar o sangue no HEMOBA para levar em certo lugar distante para salvar uma pessoa que está sangrando e não tem mais jeito. Agradeceu a todos. Ressaltou que não respondeu a pergunta em si, mas estão debruçados sobre o assunto e estão desenvolvendo, e com certeza vão resolver. O Senhor Coordenador ressaltou que Dr. José Raimundo respondeu o questionamento. Lembrou que a HEMOBA vai fazer todo processo de enviar o sangue, já articulou com o Ministério, a Coordenação de Sangue que vai fornecer bolsas para o Estado colocar na unidade que tem no HO, então, ressaltou que é claro isso tudo já passou de uma maneira bem subjetiva para o prestador porque se ele estiver apenas blefando para que se corra atrás e resolva uma coisa que não pode ser resolvida, que é liberar, mas já coloquei independente se ele vai fechar ou não, já colocou, e o Estado vai entrar com o plano b para que toda região não tenha desabastecimento. Dr. Fábio pontuou que se não está enganado a Secretária de Saúde de Santa Maria da Vitória fez contato com o HEMOBA em Barreiras para fechar parceria, a condição para Santa Maria doar sangue, foi pegar todos os doadores e levar para Barreiras, mas a realidade do oeste da Bahia é que é muito grande, de Ibotirama para Barreiras são 200 KM, então, o doador irá rodar 400 km. Deixou claro que é uma posição oficial do município, embora o prefeito não esteja aqui, que Ibotirama está de portas abertas, e o que precisar para resolver em termo de sangue no oeste da Bahia, Ibotirama está disposto ajudar na medida do possível. Mencionou que é uma cidade pequena, mas entendem que o problema não é só deles, e sim do oeste da Bahia, e hoje a situação é essa está morrendo paciente por falta de sangue no oeste da Bahia. O Senhor Coordenador passou a palavra para Dr. Ivonildo Bastos. Dr. Ivonildo Bastos fez alguns questionamentos pertinentes a discussão, interrogando se haverá condições dentro da legalidade e possibilidade, por exemplo, da requisição administrativa do serviço para que o estado possa administrar através do HEMOBA até que se viabilize alternativa mais concreta; segunda colocação, quando foi referida por Dr. José a questão do dinheiro, então perguntou se já foi resolvido, pois, acredita que não deve ser muita coisa, mas é um pouco que talvez some. Lembrou quando foi da regional de Jacobina deparava sempre com a situação de serviços privados requisitarem e utilizarem o sangue do HEMOBA que na época não tinha um instrumento legal constituído para que fosse cobrado esse produto que é fornecido a iniciativa privada porque eles cobram do convênio quando o paciente é particular e Dr. José Raimundo informou que esse instrumento já existe, mas na época não existia. Senhor Coordenador colocou se a sua resposta atendia a sua pergunta e Dr. Ivonildo disse que sim porque existe sempre uma possibilidade de requisição administrativa que é um instrumento jurídico legal que sempre é utilizado em alguns casos, e ai vamos avaliar. Deu continuidade a pauta do COSEMS. Dr. Raul Molina leu o item 2.1. Município de CARAVELAS solicita providências quanto à suspensão dos serviços de Neurologia e Ortopedia em Teixeira de Freitas. O Senhor Coordenador solicitou a presença do extremo sul. Sendo referidas a presença dos Secretários de Eunápolis, Dr. Mario Contigo, e Dr. Eujácio de Teixeira de Freitas. Dr. Eujácio Dantas referiu que na última reunião da CIB mencionou sobre as dificuldades de Teixeira de Freitas com a questão do teto da MAC que na época a situação estava insustentável e estavam recebendo cerca de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), para manter o Hospital e a maternidade que atende toda região que custa hoje R\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais), e este recurso está sendo desembolsado pela Prefeitura Municipal e chegou à situação que não tem mais condição de manter alguns serviços entre eles a ortopedia e neurologia. Referiu que existem outros casos, mas a princípio o problema maior é esse, referiu que há dificuldade da infra-estrutura, dificuldades de custeio. Pontuou que tem todo o tipo dificuldade e chegaram ao ponto que não dá mais para continuar com o

1006

1007

1008

1009

1010

1011

1012

1013

1014

1015

1016

1017

1018

1019

1020

1021

1022

1023

1024

1025

1026 1027

1028

1029

1030

1031

1032

1033

1034

1035

1036

1037

1038

1039

1040

1041

1042

1043

1044

1045

1046

1047

1048

1049

1050

1051

1052

1053

1054

1055

1056

1057

1058

1059

1060

1061

1062 1063

1064

1065

1066

1067

1068

1069

1070

1071

servico, é vão manter para atender o servico para população do município e dentro de oito dias vão está suspendendo o atendimento para todos os demais municípios da região em razão desta situação e, se necessário, partir para descredenciamento dos serviços de Neurologia e Ortopedia em Teixeira de Freitas porque não tem a menor condição de ficar com esses custos. Esclareceu que todos os macros têm suas dificuldades, mas em Teixeira de Freitas a situação está muito séria, informa que está aqui e tentando resolver um problema em Teixeira de Freitas de superlotação, transferência de paciente, pacientes da rede privada, pacientes que não são do município, são pacientes de outras cidades, então é uma situação que chegou ao seu limite. Lembrou que em outras oportunidades falou sobre essas demandas via Secretaria de Saúde, assim, ele destacou que já é do conhecimento de Washington, do Dr. Solla e Dra. Suzana, que tem apoiado ao município neste sentido, indo com eles ao Ministério. Pontuou que essa é a situação de Teixeira de Freitas que suspendeu o atendimento aos municípios vizinhos e a solução é suspensão dos servicos de Neurologia e Ortopedia. Dr. Raul Molina referiu que os municípios vizinhos não estão, mas o COSEMS sim e ponderou que se essa conduta pega pode está abrindo um precedente dentro disto porque todos são responsáveis por esse latifúndio aí e para os municípios esta é uma situação muito preocupante, a posição de Teixeira de Freitas, e pelo que entende e inclusive questionou se passou pelo colegiado. Dr. Eujácio Dantas informou que comunicou a suspensão e como não havia mais tempo de incluir na pauta da CIR vão incluir na próxima pauta. Dr. Mário Gontijo colocou que está surpreso com relação aos prazos ficando com receio, apesar da distância em relação a Eunápolis e referiu que a referência de alta complexidade se não está enganado é o único município do interior da Bahia que está com ortopedia de alta e também com Neurologia e estão também sofrendo lá em Eunápolis, pois, tem no MAC efetivamente R\$ 1.014.000,00 (um milhão e quatorze mil reais), passam também por dificuldade, e inclusive essa moda gostaria de está dispondo e já convocou através da Alcione com esse projeto da Marta e de Feira de Santana, no dia vinte e quatro estão juntos no PGASS trazendo técnico para poderem discutir. Ressaltou que se preocupa porque acha que tem de fazer valer a casa dos municípios que é o COSEMS, eles tem que ir para CIR, e apesar de está distante faz parte da mesma Macrorregião, e acha que é uma atitude precipitada e destaca que discorda, pondera que isso todos passam e dependem dessa macro, e foi depositado pelo Estado em Teixeira o reforco em alta e é o município mais resolutivo de toda macro e ressalta que se preocupa muito com a dificuldade do município, e pontua que só para terem a idéia do quanto, na reunião da CIR, houve pedidos de municípios pequenos vizinhos que querem tirar R\$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais), do município de Eunápolis porque já implantou o servico no seu município. Salientou que se esse servico implantado não for avaliado pela CIR e uma moeda única, que não é única é complicado. Ponderou que teve o fórum da regulação ontem e hoje e no próximo dia vinte e quatro, estão indo para PGASS, para se saber da moeda, a linguagem via CIR tem que ser única, pois, as pessoas estão fazendo isso, chora do lado, chora do outro, mas a moeda tem que ser a mesma porque o município que está pedindo para retirar o recurso não se sustenta e a mesma coisa está acontecendo com Teixeira de Freitas, e a nível de modelo tem que se conversar isso. Lembrou que na primeira CIR de fevereiro do ano dois mil e treze, colocou uma intercessão, na época Dr. Eujácio não era Secretário, que os municípios têm CIR, mas não tem inter CIR, as CIR não se comunicam, sendo que a macro é única. Lembrou que já foi contra na época, no ano dois mil e oito, na verdade o orçamento do componente estratégico, essa macro perdeu, mas teve um problema político em Eunápolis, a macro perdeu recurso estratégico que na verdade existe uma grande evasão e acha que não dá para retroceder. Pontuou que todos têm que crescer e percebem que os municípios inclusive de outros estados como Minas saíram de 64.000 mil habitantes para 42.000 mil habitantes, assim, reiterou que existe realmente inchaço nesta região e deve está assumindo coisa de macro com recurso de município que não é da Bahia. Ressaltou que todos têm de sentar na inter CIR para poder discutir e pede ao Secretário de Teixeira para ter paciência porque de alguma forma tem de sentar para poder resolver dentro da realidade de que não existe recurso novo mais de qualquer forma os municípios da região de Porto Seguro têm de sentar de discutir e tentar resolver, só que até então, isso só será verdadeiro se tiverem uma reunião com uma moeda única de todos os municípios e depois de tanto tempo sem PPI para poder fazer uma reestruturação, se tiver que sair dinheiro do município de Eunápolis tem que sair, mas também se tiver que vir isso é uma coisa que acredita que deve está acontecendo com Teixeira de Freitas. Colocou não ter a reunião da CIR, mas acha que podem em outro ambiente com a estrutura e estarem comunicando um com outro para não terem percas. O Senhor Coordenador pontuou que foi colocado algo muito importante porque muitas vezes no momento de crise esquece-se de pensar, então refere que quando se criou a CIR, a idéia que se teve foi de que a própria região comece a ter essas atitudes de resolver os seus problemas, mas quando colocar de está conversando com a região é uma maneira. Enfatizou que o correto de um processo é deslocar os recursos para onde as coisas estão acontecendo, ponderou que falham tanto nisto porque não tem recurso suficiente, e a briga aqui é de tirar do outro não porque o munícipe vai ficar no seu território não vai mais para lá, porque ele sabe que o município não vai ficar todo aqui porque o dinheiro não é suficiente. Então, destacou que foi essa a conversa que tiveram por diversas vezes com Dr. Eujácio e o Prefeito Bosco e ontem à noite conversaram com o Governador. O Prefeito também conseguiu falar com o Governador. É algo muito preocupante, primeiro porque o governo ele teve um olhar diferenciado para com o extremo sul nos investimentos, e até parabenizou por ter conseguido inaugurar leitos de UTI. Dr. Solla esteve na inauguração e infelizmente não pode está presente, mas todos esses investimentos, até um pouco do filme que se está vivendo com medicamentos, e o município estão passando por uma crise que é real, R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais), que o município tem de negativo, preocupa muito o Estado. Colocou que conversou com o Prefeito e o Secretário Eujácio que desabilitar é um passo para traz, não será só para Teixeira, para macro extremo sul, mas para todo estado, e reforçou o que Dr. Molina ponderou que se a moda pega, se por causa da PPI se desabilita pode gerar desassistência, então, pediu e agradeceu por terem concordado com o estado e pontuou que não haverá um processo de desabilitação, mas segunda-feira tem uma reunião entre Prefeitos da região aonde vai se colocar as dificuldades e tentar achar uma saída. Informou que o Estado na pessoa de Dra. Suzana já acionou o Ministério da Saúde que virá para região ao município de Teixeira de Freitas, e o Estado vai junto para resolver a situação do estado, com todo mundo para dividir e equilibrar investimentos, mas lembrou sempre que o grande objetivo do estado é ter as regiões de saúde, as macrorregiões, autônomas e auto suficientes, senhoras daquilo que lhes cabem, mas principalmente fazendo o processo de encaminhar e fazer a referência das regiões onde realmente não tem como dá conta pelo recurso ou mesmo as instalações e profissionais. Enfim, é neste sentido que entendem e é rea, os estudos que foram feitos e a diversas vezes que foram conversar e estiveram com o Ministro. Referiu que na primeira semana que assumiu a secretaria levou a pauta de Itabuna, Teixeira de Freitas e todas

1073

1074

1075

1076

1077

1078

1079

1080

1081

1082

1083

1084

1085

1086

1087

1088

1089

1090

1091

1092

1093

1094

1095

1096

1097

1098

1099

1100

1101

1102

1103

1104

1105

1106

1107

1108

1109

1110

1111

1112

1113

1114

1115

1116

1117

1118

1119

1120

1121

1122 1123

1124

1125

1126

1127

1128

1129

1130

1131

1132

1133

1134

1135

1136

1137

1138

as demandas e escutou da parte do Ministro Arthur Chioro que essa situação caótica também ocorre por lá, a falta de dinheiro está terrivel, e propôs sentar e conversar aos poucos. Quanto ao Prefeito esteve com Fausto Pereira, Secretario Executivo do Ministério, e conseguiu da parte do Ministério apenas um valor pontual, algo muito pequeno para tentar dar uma minimizada nos impactos. Enfim, alguns recursos da urgência e amarrações, assim, pontuou que para isso vão sentar e rever recurso por recurso, todos tem que sentar e verificar se o municipio fez a tarefa de casa no equilibrar das contas em termos da saúde, e ressaltou que compete a todos saber como fizeram com os recursos, estão sendo feitos, aonde pode se captar mais, o que pode fazer neste sentido. Ressaltou que tem de concreto uma decisão que foi colocado por escrito pelo Municipio de Teixeira de desabilitar e acabar de vez com o serviço que foi revertido no processo de não desabilitar, mas mesmo assim a Prefeitura vai chamar os demais Prefeitos no processo de restringir a disponibilidade do serviço, ajuste de primeiro monta, agora nessa esperanca de reunir de forma tripartite a região de Teixeira, o estado e o Ministério tentarem uma solução que não seia desabilitação do serviço, que não seja a desasistência. Pontuou que vai dá sequência e aparecer em algumas reuniões seguintes a situação de Teixeira de Freitas e vão ter o cuidado necessário de está puxando isso, o mesmo irá conversar novamente com o Governador solicitar que também possa ir à Brasília fazer algum tipo de conversa no processo de ampliação do teto do estado para que possam resolver e trazer também quem sabe, em uma sobra para estarem conversando com todos e avaliar os apelos por que todos estão apertados realmente, mas sabem que agora o extremo sul precisa muito de uma solução, assim como estão falando do oeste da Política de sangue do Oeste e agora falando dessa política de ortopedia e neurologia na questão do extremo sul. Dr. Mário Gontijo pontuou que tem de ser visto porque a fala do Secretário Eujácio retrata que Teixeira da Freitas é um municipio da Macro, se ele vai reunir então, reune com os Secretários e Prefeitos da microrregião de Teixeira de Freitas, mas em conversa antes da reunião com Dr. Eujácio, ele pontuou por exemplo, tem município da região de Porto Seguro que praticamente hoje depende de Teixeira de Freitas, estão migrando para o município de Teixeira e não estão sendo chamados para participar desta conversa. Reitera como havia dito a questão da inter CIRq que não existe e impacta sobre Teixeira e salientou ser importante que todos participem dessa informação. Dr. Marcelo, Secretário de Saúde de Itororó, registrou que ficou uma coisa clara para todo mundo essa alternância de discussão de pauta, uma vez COSEMS e outra Secretaria de Estado. Ponderou que não está desmerecendo qualquer outro assunto que foi discutido aqui, mas referiu que tem a certeza que este é o assunto mais importante da CIB, porém, ressaltou o pouco coro, estão perdendo tempo, ouvindo uma hora, 40 a 50 minutos, eu digo, perdendo tempo pela importância e urgência das coisas. Parabenizou Dr. Eujácio por ter vindo a CIB pedir descredenciamento, pois, ressaltou que o município de Itabuna nem isso faz, simplesmente bota o cadeado vira as costas, e faz todos da região de palhaço, com pessoas morrendo na porta do Manuel Novais, e ponderou que esse ad referendum de valores de restituição para Itabuna não deveria ter passado porque precisam chamar Itabuna para discussão, destacou que fizeram uma coisa aqui muito simples, destacando que toda crise gera oportunidade, e em sua concepção toda crise de gestão, senta, discute e gera uma oportunidade, lembrou que se gerou a oportunidade com os remédios aqui com o diálogo franco no primeiro dia da sua posse Senhor Coordenador. Pontuou que o Coordenador Lucas da DASF esteve aqui para dizer que o problema antes da sua presença era a licitação e na verdade ressaltou saberem que não era só licitação, era atraso de recurso e principalmente atraso de recurso por parte do Governo Federal e o Senhor Coordenador foi franco, aberto e todos sentaram, cada um contou sua mágoa e chegaram ao consenso. Parabenizou o Senhor Coordenador pela sensibilidade em relação à Farmácia Básica e ressaltou que precisam ter essa mesma sensibilidade para discutir nesta CIB claramente Regulação e do mesmo jeito que aflige Teixeira de Freitas, Vitória da Conquista e Itabuna todas as Macrorregiões. Registrou um caso que aconteceu na semana passada no município de Itororó, uma paciente com oito abortos, na nona gravidez foi regulada três vezes pelo estado para o Hospital Cristo Redentor e as três vezes o médico devolveu que não estava na hora de parir e nos três dias seguidos a família foi procurada para fazer o parto particular, no terceiro e último dia, no desespero que seria a nona criança que ela perderia conforme relatório médico, destacou inclusive que vai passar na CIR e depois trará para CIB porque quer que notifique o Hospital Cristo Redentor, pois, pagaram R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), e foi feito um parto cesáreo particular, isso é uma vergonha. Ressaltou que não conhece nada na medicina que diz que você está apto para fazer um parto particular e não há para fazer um parto no sistema SUS - Sistema Único de Saúde isso foi no Hospital Cristo Redentor em Itapetinga, estou com o recibo de R\$ 1.000,00 (mil reais), vou formalizar processo apresentar na CIR e depois apresentar na CIB com todos os detalhes, porque isso não pode acontecer. Salientou que trabalhou na Fundação José Silveira, foi um dos que trabalhou no IBIT, instituição que transformou na Fundação José Silveira, era estagiário de administração, refere que trabalhou no início quando o IBIT foi fechado por falência e fez parte da equipe que criou a Fundação José Silveira, e hoje está fazendo uma denúncia clara contra uma instituição que se considero também como pai, mas é a realidade que está acontecendo, e então, na base territorial de Itapetinga, a Diretora da Regulação, Dra. Vicenza, conversou com Hospital Cristo Redentor, com o pessoal de Itapetinga, a CIR estava marcada para 10h30min às 12 horas, e 12 horas encerrou a reunião da CIR e não levaram Dra. Vicenza para reunião da CIR e ponderou que ia haver várias reclamações dos Secretários e por coincidência no dia encontrou o pessoal almoçando, e o pessoal do Cristo Redentor fez um questionamento, se Marcelo era um dos que manda o pessoal para Hospital Cristo Redentor sem regular; pediu desculpas pela expressão, mas a resposta que deu foi de que a regulação e nada é a mesma coisa, pois, sabe que quando se regula fecha a porta, então, arrematou dizendo que barrar na porta sem regulação ou barrar na porta com regulação é exatamente a mesma coisa para o paciente, relatando o caso do Hospital Manoel Novais em Itabuna nesta situação que foi falado nesta CIB. Parabenizou Dr. Eujácio que teve a coragem de olhar nos olhos das pessoas e dizer que vai fechar, porque não tem no Manoel Novais uma paciente para fazer parto cesárea regulada pelo estado que foi barrada na porta, o médico falou que não fazia, essa registrou na CIR porque devolveu a paciente com a bolsa rompida, devolveu numa distância 108 KM por uma questão até humana a paciente não poderia sair do Manoel Novais então, foi para outras unidades do Hospital de Base, recursada voltou para Itapetinga, voltou para Hospital Cristo Redentor foi recusada. Colocou que a cena mais deprimente foi que a paciente foi para na UPA de Itapetinga e quando o médico disse que não tinha condição de fazer o parto a técnica de enfermagem sentou no chão e começou a chorar, exclamando que não sabia mais o que fazer então, o parto foi realizado na UPA. Ressaltou que é melhor que tenha a reunião dia trinta, reiterou que é mais do que preciso, é necessário. Firmou um compromisso para mobilizar todos os Secretários da região para vir porque tem que se discutir esse tipo de coisa, agora ficam agui ouvindo o dia inteiro palestras e quando chega uma hora dessa o auditório está vazio. Exclamou ao pessoal que tem que

1140

1141

1142

1143

1144

1145

1146

1147

1148

1149

1150

1151

1152

1153

1154

1155

1156

1157

1158

1159

1160

1161

1162

1163

1164 1165

1166

1167

1168

1169

1170

1171

1172

1173

1174

1175

1176

1177

1178

1179

1180

1181

1182

1183

1184

1185

1186

1187

1188

1189

1190

1191

1192

1193

1194

1195

1196

1197

1198

1199

1200 1201

1202

1203

1204

1205

discutir regulação, é preciso subir ou alterar o teto, tem que se discutir. E o que está acontecendo com Teixeira de Freitas, é só a legalidade e sinceridade do Secretário de dizer que irá fechar o serviço, porque Itabuna deve está a dois a três anos que não faz cirurgia eletiva, então, o serviço de Itabuna está fechado há três anos para cirurgia eletiva, é grave também, mas a regulação passa todo o mês para Itabuna e dos outros municípios não. O Senhor Coordenador adjunto passou a palavra para Dr. Cássio Garcia, Secretário de Saúde de Juazeiro. Dr. Cássio Garcia colocou que não poderia deixar de opinar neste assunto porque toca em todos, são posições contraditórias, que sente no momento primeiro solidarizar com Dr. Eujácio não no sentido de fechar o serviço e sim de buscar os recursos necessários porque nas múltiplas facetas que todos tem como Gestor de saúde e administrador, político, economista, sanitarista e pneumologista, então esse medo e essa coragem, vai faltar sempre a ele porque sanitarista e pneumologista vai ter um salário sempre mais alto do que os economistas que tem que fazer buscar e estão chegando aqui, e é o sonho do Prefeito de Juazeiro ouvir isso pedindo que na próxima CIB estará dizendo que vai está fechando algum serviço também para vê o que vão fazer. Pontuou que decidiram de maneira conjunta, COSEMS e CIB, mobilizando, e no Brasil todo fazer um movimento porque se é Sanitarista, estão sendo dissimulados, pois, questões como essa, porque a economia e o dinheiro estão batendo mais forte e quem irá penar no final das contas é a população. Então, precisa ter muita coragem de fechar o serviço, pois refere que não tem, a não ser que tenha determinação. Citou que não pode ser, vão começar a entrar em um círculo deste tem que dá uma parada aqui, não podem, pois, avançaram demais e tenha certeza, tinha um mestre que dizia um exemplo de Sanitarista vamos em frente, vamos seguir e correr atrás. Pontuou que todos estão nesta mesma situação e juntos no mesmo barco e se não botarem a mão no mesmo leme e colocar esse barco no lugar ou buscar o que estão precisando vai ser difícil porque vão está na CIB constantemente discutindo isso. Lembrou que o COSEMS tomou uma medida importante hoje pela manhã acha que por aí, sendo o começo da virada e precisam de mais recursos, tudo o que está sendo discutido colocar em prática. Dr. Fabiano Santos pontuou que a maneira de se solidarizar hoje com a situação de Teixeira de Freitas, não é em concordar com o fechamento do serviço, não contrapondo com as falas, destacou que acha que só colocar mais dinheiro não vai resolver. Ressaltou que não vai querer se repetir aqui são vários Gestores, mas o servico não resume só o custo próprio, tem toda uma rede complementar que vai resumindo o custo do seu serviço, e ai as pessoas falam a macro vai ter que pensar agora, e reunir, veem quais os serviços que de fato estão lá dentro, o custo que tem o serviço, vai ter que estratificar e pensar não só na questão de oferecer apoio, não pode ser no sentido de mais teto, toda a questão que vem parar aqui e no sentido de ter mais dinheiro, o servico tem um custo também. Pontuou que às vezes ficam retrocedendo porque estudam muito a Gestão e outras coisas para ficar falando só no dinheiro, e o dinheiro só não vai resolver. Então, tem outras questões a mais, pondera que acha que o dinheiro é importante e que vai ter sim de colocar, não é isso que estava falando, mas vão ter que vê este ponto com o COSEMS, SESAB e Ministério. Mencionou que a postura do Ministério é quando chegam lá, expõem suas questões que precisam de mais recurso, e a primeira oferta que acha que o Ministério tinha de fazer era uma oferta técnica para ir ao município para discutir qual a questão do serviço e o que envolve e depois como podem resolver isso na região. Colocou que o problema de Teixeira de Freitas não é um problema só de Teixeira de Freitas porque se fechar este serviço lá da macrorregião que ainda é um local que faz esses dois serviços de alta complexidade; questionou para onde irão esses serviços e os pacientes, e respondeu que virão para Salvador, disputando com outras regiões. Sugeriu para discutirem isso e fazer um estudo técnico de forma que se possa está incluindo um pouco disso daí porque não vai adiantar só mais recurso porque já tem estouro de teto na macrorregião e em outras macrorregiões, e tem também o problema de Itabuna e se não comecarem a olhar de maneira técnica para isso que está acontecendo ficarão reféns e não vão conseguir resolver a questão. Pontuou que não quer ficar relembrando coisa que é do conhecimento de todos, mas acha que, além disso, tudo, oferecer apoio técnico para Teixeira de Freitas para ver o que dá para compor nesta rede complementar aí porque sabem que o custo de serviço não está só lá dentro, e ainda mais que a PPI na alta complexidade e não da para Dr. Eujácio tentar resolver sozinho porque não vai conseguir. Assim, daqui a alguns anos, nem um ano vai levar, vão está aqui novamente discutindo as mesmas questões de estouro de teto e não vai dar conta por que hoje não dá mais e inclusive esses dois serviços que Teixeira de Freitas tem para fazer eletivas, só está cheio o serviço para emergência. Mencionou que esta epidemia de acidente, de causas externas, acidente de moto, só estão hoje na emergência, se tem um paciente eletivo grave vinte dias no Hospital, você não consegue acessar o serviço porque não dá mais, tem que mudar inclusive o perfil do serviço, o problema é esse, uma causa do perfil epidemiológico porque o perfil que tem principalmente neste tipo de trauma que leva a cirurgia no caso da ortopedia de alta complexidade que realmente não estão dando conta que não estão tendo mais acesso. O Senhor Coordenador adjunto passou a palavra para Dr. Eujácio Dantas. Dr. Eujácio Dantas colocou que fechar serviço mexe com todos, mas tem o lado bom, colocou que não resolutivo acha que é pior e está falando de uma estrutura de oncologia, quimioterapia e cirurgia oncológica, cirurgia cardiovascular e Hemodinâmica, e tem traumato-ortopedia de média e alta, neurocirurgia, dez leitos de UTI adulto, dez leitos de UTI neonatal, parto de alta complexidade, e recebem R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), e essa conta não bate e milagre ninguém faz. O Senhor Coordenador adjunto colocou que está com Dr. Eujácio, mas refere que não desejam o descredenciamento, então, nesta situação o COSEMS coloca claramente para os municípios porque sabem aonde vai romper isso, e não se pode avançar neste tipo de coisa, apesar de entender a colocação de Dr. Marcelo, mas não acredita ser a solução do problema. Propôs que o COSEMS participe da comissão, com um técnico, e Dr. Mario Contijo irá representar da região do extremo sul porque há outras coisas colocadas nesta questão com relação aos valores que chega para o estado se é R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais), a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), então, está situação precisa ser bastante esclarecida para que todos abracem essa situação. Quanto à Assembléia do COSEMS dia trinta, foi um grito de todos os secretários com relação qual é a bandeira do COSEMS principalmente para que não se desvirtue, não seja confundido como um movimento político porque é um movimento técnico dentro daquilo que vão colocar. Informou que vão passar um dia discutindo regulação e acesso para trazerem para CIB as sugestões e se despir dos problemas principalmente das deficiências. Colocou que na reunião de hoje não deu para segurar a reunião é um muro de lamentações e não conseguiram entrar na pauta porque foi aquele bombardeio e no fim retiraram essa situação de que o COSEMS pediria a CIB para suspender a reunião porque não dá para vir com a pauta de um dia e dois dias para fazer a pauta do COSEMS e dá apoio a urgência e é importante que dividam isso com a CIB, para que tenha muito cuidado para que não seja um palanque porque esse ano é terrível e tem de se colocar para que figue bem claro que as posturas ideológicas tem que está colocadas em segundo plano dentro das nossas

1207

1208

1209

1210

1211

1212

1213

1214

1215

1216

1217

1218

1219 1220

1221

1222

1223

1224

1225

1226

1227

1228

1229

1230

1231 1232

1233

1234

1235

1236

1237

1238 1239

1240

1241

1242

1243

1244

1245

1246

1247

1248

1249

1250

1251

1252

1253

1254

1255

1256

1257

1258

1259

1260

1261

1262

1263

1264

1265

1266

1267

1268

1269

1270

1271

1272

necessidades, e inclusive propõe chegar à Tripartite e dizer que não vão pactuar mais nada enquanto não resolve aquilo que está na ferida todos os dias. Pontuou essa é a posição do COSEMS da Bahia no congresso Espírito Santo, então, pediu paciência a todos neste momento Dr. Eujácio e ao Prefeito de Teixeira de Freitas para se ter esperança de poder resolver o problema do seu município. Finalizou questionondo ao estado sobre à contrapartida da Atenção Básica e do SAMU no Estado. Dr. Suzana Ribeiro colocou que a questão de Teixeira de Freitas é algo que vem sendo discutido há algum tempo e já esteve algumas vezes no Ministério por conta desta pauta, e inclusive foi aprovado pelo grupo condutor o plano de urgência, aprovaram no ano passado por volta do mês setembro a outubro, e encaminharam para o Ministério, e na discussão da recomposição do teto, esta CIB aqui e inclusive foi ad referendum, e o município apresentou uma fatura de uma glosa que estava em torno de R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais), fizeram uma CIB ad referendum para pagar em parcela única, e aí só para confirmar esse recurso foi encaminhado pela CIB no valor integral em parcela única. Informou que aprovaram também junto ao COSEMS do pagamento da conta de urgência e dos leitos de retaquarda davam em torno somente desses itens, dava em torno de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), o valor ano para ser obviamente parcelados em doze vezes e isso integrando ao teto MAC, 120.000/mês. Ressaltou que isso que o município apresentou é um déficit de mais de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), e esse valor obviamente tem um impacto para qualquer Gestor especialmente municipal com responsabilidade regional. Pontuou que as questões que se colocam não estão restritas a questão de alta complexidade, elas envolvem a média que é exatamente um ponto de estrangulamento, e que preocupa a todos é que com todos os estudos que já foram feitos, essa situação não se resolveu, pelo menos não minimizou. Informou que conversou com o prefeito e com a Diretora da atenção especializada, ontem, Anderson, o representante da atenção especializada da rede de urgência do Ministério, esteve na reunião do grupo condutor e trouxe essa discussão porque o secretario executivo Dr. Fausto Ferreira Santos havia encaminhado para o DAE - Departamento Atenção Especializada a demanda de encaminhar o técnico para fazer um apoio da gestão. Mencionou que isso significava: visitar o município, de fazer o estudo junto com a Gestão e ai convidando a Gestão Estadual e estarão acompanhando para fazer um estudo junto à gestão municipal de todos os servicos que tem o conjunto de ofertas, o que está sendo financiado, o que está habilitado, pendente de habilitação e onde estão os estrangulamentos. Registrou que esse problema não vem de 2013, é algo que vem acumulando há algum tempo, mas também o município de Teixeira de Freitas até o ano dois mil e dez foi o município que mais cresceu em oferta de serviço, principalmente na alta complexidade, a SESAB na época assumiu os contratos, inclusive pela necessidade de inverter fluxo porque a população migrava para Vitória, no Espírito Santo, essa migração foi invertida por conta do investimento que aprovaram na CIB, que na época era COSEMS então, a alta complexidade cardiovascular, a neuro, a onco e TRS e a discussão de construção inclusive da viabilização do UNACON, então, nada disso passou longe, o COSEMS e SESAB se responsabilizaram por isso e o estado assumiu o contrato e a contra partida estadual e pactuou habilitação, assumir a responsabilidade de garantir o acesso a população do Extremo sul. Ressaltou que ao habilitar pelo Ministério da Saúde, obviamente o estado sai de cena do financiamento a alta complexidade e o Ministério começou assumir através da habilitação. Pontuou que tudo isso é de um grau de complexidade grande e além de reconhecer que Dr. Marcelo traz como ato de coragem de trazer uma discussão dessas de desabilitação para CIB, pois, ninguém faz isso tratar de desabilitar e destaca ser uma forma honesta, dizer que está lidando com uma relação interfederativa. Lembrou que tiveram um momento anteriormente também da CIR de Teixeira de Freita, o antigo Secretário na época levou ao Ministério Público denúncia da região acusando os municípios da região de não fazer atenção básica, e na época Dr. Suzana Ribeiro era Presidente do COSEMS, e ficou assustada com o encaminhamento que ele deu, pois, além de judicializar a oferta de medicamento e assistência e agora estaria judicializando a relação interfederativa, isso é muito grave. Ressaltou que a relação interfederativa é para ser feita com autonomia e responsabilidade sanitárias, trazem ao Ministério, e o que aconteceu foi que os municípios se sentiram acuados e foram para cima e denunciaram que o município não ofertava serviço. Assim, no final das contas a Promotora chamou e formou um TAC e pontuou que se não se tem competência de resolver os problemas do estado dentro do espaço da gestão interfederativa e se submete ao Ministério Público, seja Estadual ou Federal, então, é melhor não seguir a Gestão. Pontuou que é uma dificuldade e é real, o que preocupa é que isso seja algo que vire um efeito cascata, e o Estado precise entrar no circuito obviamente estado, Ministério e COSEMS. Colocou que em conversa com o Prefeito hoje ele referiu que tem uma agenda na segunda-feira às dezesseis horas, com os Prefeitos da Região onde vai tratar dessa questão, e aí disse que o mesmo informou que estaria conversando com os Prefeitos e colocando as situações e hoje está sem recurso para pagar a folha do pessoal e está colocando isto de uma forma muito clara para pedir ajuda se os Prefeitos puderem ajudar para minimizar em algum grau de contrapartida. Falou que o Prefeito de Teixeira de Freitas disse que estaria propondo suspender temporariamente por um a dois meses a oferta de serviço até que pudessem garantir a folha do pessoal. Como resposta, sugeriu que reforçasse a demanda que o Ministério já tinha colocado de encaminhar um técnico porque seria interessante que tivessem técnico do Ministério da Saúde, na reunião da segunda-feira, que já está em cima da hora e talvez se soubessem com antecedência daria para conseguir adiantar essa agenda e ficou de verificar, mas infelizmente na SESAB a pessoa responsável pela área vai está na agenda em Aracaju com CONASS, que é a Dra. Alcina, Diretora da Atenção Especializada, é a pessoa que tem mais propriedade hoje para explicar aos Prefeitos como funciona o processo da rede de urgência, a alta complexidade está na Diretoria dela, mas ela está numa Agenda da Câmara Técnica de Atenção, discutindo Política de Atenção Hospitalar, HPP, cirurgias eletivas, na segunda e terça próxima. Pontuou que precisam dá um encaminhamento, caso não seja possível os técnicos participar dessa reunião na segunda, programar outra agenda junto a CIR e talvez seja chamar prefeitos e Secretários para uma nova discussão porque é uma situação extremamente delicada, mas acredita que desabilitar não é o caminho é uma situação muito complicada do ponto de vista da Gestão Regional, e foi conversar que o Secretário colocou para SESAB antes da pauta da CIB e havia colocado e conversado com o Prefeito essa semana, já havia sinalizado, encaminhado e pelo menos conseguiram segurar a proposta de desabilitação. A princípio o Prefeito concordou e iria tomar algumas medidas e tentar fazer outros movimentos junto ao Ministério. Então, destacou que esse movimento feito pelo Secretário foi fantástico e conseguiu realmente segurar porque a medida era para desabilitar e fechar a porta já. Ressaltou que tem um tempo para procriando e dialogando fazendo alguns estudos e tentar dar alguns encaminhamentos, nada que não seja no coletivo porque se não apesar da autonomia dos entes federados do município, se tem processo de Gestão Regional que envolve a região como um todo e isso cria algumas angústias que se aprofunda e precisam procurar a saída e resolver. Dr. Suzana Ribeiro propôs ao COSEMS

1274

1275

1276

1277

1278

1279

1280

1281

1282

1283

1284

1285

1286

1287

1288

1289

1290

1291

1292

1293

1294

1295

1296

1297

1298

1299

1300

1301

1302

1303

1304

1305

1306

1307

1308

1309

1310

1311 1312

1313

1314

1315

1316

1317

1318

1319

1320

1321

1322

1323 1324

1325

1326

1327

1328

1329

1330

1331

1332

1333

1334 1335

1336

1337

1338

1339

pontuando que dia trinta fizeram uma assembléia de Regulação e saíram de um fórum que aconteceu de um dia e meio, mas infelizmente sabem que as inscrições não foram suficientes para os Gestores, então, propôs para fazer uma CIB extraordinária sobre Regulação porque dia trinta, vão discutir regulação, acesso e oferta porque ninguém regula sem oferta e serviço e ai responsabilidade sanitária do Gestor e aí programam uma extraordinária para maio, considerando o que foi discutido no fórum. **Aprovado.** Dr. Raul Molina concordou com a proposta de uma CIB extraordinária porque houve o fórum, mas não teve apresentação e debate. Dra. Suzana Ribeiro informou que houve sim debate durante duas horas e dez minutos, não sendo o tempo suficiente para discussão. Em seguida, o Senhor Coordenador agradeceu a presença de todos, declarou encerrada a sessão, informando a próxima reunião para o dia 08 de maio de 2014. Não havendo mais o que tratar após revisão da correção do registro da Ata pela técnica Maria de Fátima Valverde Dreyer, o qual foi feito pelo núcleo administrativo, eu, Nanci Nunes Sampaio Salles, Secretária Executiva da CIB, lavrei a presente Ata, que será assinada pelos Senhores Membros, após lida e aprovada. Salvador, 11 de abril de 2014.

Washington Luís Silva Couto_ Suplente: Alcina Marta de Souza Andrade_____ Raul Moreira Molina Barrios 1357 Suplente: Stela dos Santos Souza_____ Suzana Cristina Silva Ribeiro_____ Gisélia Santana Souza_ Paulo José Bastos Barbosa
Suplente: Washington Luiz Abreu de Jesus______ Paulo José Bastos Barbosa___ Suplente: Fabiano Ribeiro dos Santos_____ Ivonildo Dourado Bastos Joseane Mota Bonfim Suplente: Aldecy de Almeida Bezerra Silva_____